



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Gabriel Góes Fernandes da Silva

ANÁLISE DA POLÍTICA FISCAL DA AUSTRÁLIA DE 1990 A 2017:
uma abordagem com ênfase no modelo do Supermultiplicador Sraffiano

Rio de Janeiro

2024

Gabriel Góes Fernandes da Silva

**ANÁLISE DA POLÍTICA FISCAL DA AUSTRÁLIA DE 1990 A 2017:
uma abordagem com ênfase no modelo do Supermultiplicador Sraffiano**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como exigência para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Professor Dr. Carlos Pinkusfeld
Monteiro Bastos

Co-orientador: ME. Bruno Rodrigues Pereira

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

S598a Silva, Gabriel Góes Fernandes da
Análise da política fiscal da Austrália de 1990 a
2017: uma abordagem com ênfase no modelo do
Supermultiplicador Sraffiano / Gabriel Góes
Fernandes da Silva. -- Rio de Janeiro, 2024.
63 f.

Orientador: Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos.
Coorientador: Bruno Rodrigues Pereira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2024.

1. Supermultiplicador Sraffiano. 2. Política
fiscal. 3. Economia australiana. 4. Política
macroeconômica. I. Bastos, Carlos Pinkusfeld
Monteiro, orient. II. Pereira, Bruno Rodrigues,
coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

GABRIEL GÓES FERNANDES DA SILVA

**ANÁLISE DA POLÍTICA FISCAL DA AUSTRÁLIA DE 1990 A 2017: UMA ABORDAGEM COM
ÊNFASE NO MODELO DO SUPERMULTIPLICADOR SRAFFIANO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 26/01/2023.

CARLOS PINKUSFELD MONTEIRO BASTOS - Presidente

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

NUMA MAZAT

Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

GUILHERME HALUSKA RODRIGUES DE SÁ

Doutor em Economia pela UFRJ

AGRADECIMENTOS

À minha família, a base sólida que sustenta todas as minhas conquistas. Agradeço aos meus pais, Aloisio e Verônica e à minha avó Creuza, cujo apoio e investimento na minha educação foram fundamentais para que eu pudesse trilhar este caminho acadêmico. Aos demais familiares que, de diferentes maneiras, contribuíram para a minha formação, expresso minha sincera gratidão.

Aos amigos de escola, da UFF e da UFRJ, meu muito obrigado, a participação de vocês na minha vida e estudo foram essenciais para torná-la mais leve e prazerosa. Os professores, colegas e demais membros dessas instituições desempenharam um papel crucial na minha formação, enriquecendo meu conhecimento e ampliando minha perspectiva acadêmica, um agradecimento em especial ao meu orientador Carlos Pinkusfeld e meu co-orientador Bruno Pereira, que mesmo com muitos compromissos nunca deixou de me ajudar em minha monografia.

E à minha companheira, Natália, que esteve ao meu lado, compartilhando não apenas os desafios, mas também as alegrias desta jornada. Agradeço por ser minha inspiração e ter me guiado nesse caminho em momentos que mais precisava.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta monografia, meu profundo agradecimento.

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise da política fiscal da Austrália de 1990 a 2017, com foco no modelo do Supermultiplicador Sraffiano e a decomposição do crescimento. A pesquisa revisa, a partir da literatura existente, o desempenho econômico da Austrália em eventos políticos e econômicos, nacionais e internacionais. Destaca as políticas fiscais australianas adotadas durante o período, principalmente em crises, para trazer uma visão aos elementos teóricos do modelo. Conclui-se que houve um desempenho eficaz da política fiscal australiana para o combate de crises, com alguns pesares, como o atraso à reação na recessão de 1990. Ademais, a partir dos cálculos, destacou-se a relevância do setor externo no que se refere à contribuição ao crescimento e também do setor público, este principalmente em anos de crise. Em relação aos parâmetros do supermultiplicador, o que obteve maior contribuição ao crescimento foi a propensão marginal a consumir, apesar disso, não detectou-se aumento desta ao fim, em relação ao início do período analisado.

Palavras-chave: Supermultiplicador Sraffiano, Política fiscal, Economia australiana, Política macroeconômica.

ABSTRACT

This paper conducts an analysis of Australia's fiscal policy from 1990 to 2017, focusing on the Sraffian's Supermultiplier model and growth decomposition. The research reviews the country's economic performance in national and international political and economic events based on existing literature. It highlights Australian fiscal policies adopted during the period, especially during crises, to provide insights into the theoretical elements of the model. The findings suggest an effective performance of Australia's fiscal policy in crisis management, albeit with some drawbacks, such as delayed response to the 1990 recession. Additionally, calculations emphasize the significance of the external sector in contributing to growth, along with the public sector, this one particularly during crisis years. Regarding the Supermultiplier parameters, the marginal propensity to consume emerged as the most influential factor in growth, although no increase was detected by the end compared to the beginning of the analyzed period.

Keywords: Sraffian Supermultiplier, Fiscal policy, Australian economy, Macroeconomic policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
CAPÍTULO 1. EVENTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS RELEVANTES NO PERÍODO	14
1.1 GOVERNOS	15
1.2 RECESSÃO AUSTRALIANA 1990-1991	16
1.3. CRISE ASIÁTICA FINANCEIRA 1997-1998	17
1.4. TURNDOWN GLOBAL 2001-2002.....	19
1.5. CRISE FINANCEIRA GLOBAL DE 2008	21
1.6. TRAJETÓRIA DAS COMMODITIES	23
1.7. HISTÓRIA TRIBUTÁRIA.....	27
CAPÍTULO 2. REAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL AUSTRALIANA	31
2.1. RECESSÃO AUSTRALIANA 1990-1991	31
2.2. CRISE ASIÁTICA FINANCEIRA 1997-1998	33
2.3. TURNDOWN GLOBAL 2001-2002.....	33
2.4. CRISE GLOBAL FINANCEIRA DE 2008 E QUEDA DAS COMMODITIES	34
CAPÍTULO 3. ANÁLISE DOS DADOS DA POLÍTICA FISCAL.....	41
3.1 ANÁLISE DA TAXA DE CRESCIMENTO REAL DA RECEITA CONTRA DESPESA DO GOVERNO	41
3.2 ANÁLISE DO ÍNDICE DE COMMODITIES COM RECEITA, PIB E CARGA TRIBUTÁRIA CORPORATIVA	44
3.3 ANÁLISE COM O SUPERMULTIPLICADOR SRAFFIANO E DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO	47
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE	64

INTRODUÇÃO

Antes de ser Austrália (1901), como é conhecida atualmente, New South Wales (1787) era a primeira das seis colônias britânicas. De 1788 a 1820, viveu economicamente um período intitulado como “*bridgehead economy*” (N. G. Butlin), quando era formada majoritariamente por presidiários enviados da Grã-Bretanha. À mercê da metrópole, que estava ocupada com a guerra contra a França, as atividades econômicas concentravam-se sobretudo na produção de comida e rouparia básica (produzidos pelo governo e pelo setor privado), voltados para o abastecimento das prisões, mas, ao longo do período, também incorporaram outras atividades ao setor privado como artesãos, escriturários e comerciantes, alguns desses, ex-presidiários. Pode-se inferir que, no período inicial, os gastos do governo para sustentar os presídios foram importantes à economia local, uma vez que eram o centro da atividade econômica.

Segundo Jackson (1977), a economia privada desenvolveu-se de maneiras que não eram previstas e incompatíveis com uma economia voltada somente para o funcionamento do sistema prisional. Tal evento foi visto especialmente na agricultura privada, que se tornou de larga escala, estimulada ao suprir a produção insuficiente agrícola do governo. Portanto, tal tipo de progresso criou condições favoráveis à acumulação de capital, que foram necessárias posteriormente para o desenvolvimento inicial do pastoreio e produção de lã, demandada pela Inglaterra. Consecutivamente, surgiram mais atividades, como a mineração (carvão e ouro) e exportação de óleo de baleia. Diante disso, pode-se afirmar que até a criação da *Commonwealth Australia* (1901) a economia foi marcada, de forma geral, pela exploração de recursos naturais.

Durante o século XIX, ocorreram intervenções governamentais a partir da política fiscal – com a expansão dos gastos do governo – em momentos de necessidade e recessão:

“governos coloniais desempenharam como empreendedores e investidores: foram diretamente responsáveis por uma parte substancial da formação total de capital doméstico e do total de empréstimos no exterior durante 1860-90”. (Jackson, 1977, p.160, tradução nossa).

Tais intervenções continuaram a ocorrer no século XX, não necessariamente da mesma forma do século passado, mas com políticas fiscais para estimular o investimento e a expansão da indústria (pró-cíclicas) ou de forma anti-cíclica, com a articulação de tarifas e gastos do governo, como, por exemplo, no período da Grande Depressão.

O papel do governo nessa época evidentemente não era promover o bem-estar social como em políticas redistributivas na Europa. Contudo, evidencia-se que não era praticado um estado mínimo, muito menos um modelo de *laissez-faire*, uma vez que políticas fiscais expansionistas para manter um alto nível de emprego acabam por promover o bem-estar social. Ademais, o Estado também se fazia presente, quando necessário, a partir de empresas estatais, para cobrir uma demanda não atendida pelo setor privado, sobretudo nos setores de telecomunicações, postais e telegráficos, mas também como exemplo, com a estatização da Qantas no setor da aviação, quando foi necessário para o governo federal adquiri-la no pós-Segunda Guerra Mundial.

Nos últimos anos da década de 1980, a Austrália passava por um processo de liberalização da economia no governo de Bob Hawke (1983-1991). Com o fim das tarifas protetivas, Hawke estaria levando a Austrália ao fim do protecionismo praticado durante o século XX ou, também como nomeado pela literatura, de “*fortress Australia*” (FENNA, 2013). Acompanhado da onda neoliberal, a partir da década de 1990, foram realizadas privatizações em diversos setores, companhias aéreas, bancário e telecomunicações, como Qantas (1992), *Commonwealth Bank* (1990) e Telstra (com início em 1993), respectivamente, e realizadas políticas para estimular a competição (*National Competition Policy, Industry Comission e Hilmer Report*) – inclusive com a liberalização do ambiente bancário para abertura aos bancos estrangeiros.

Conceitualmente, a política fiscal é o uso dos gastos governamentais e tributos para influenciar a economia. Dessa forma, é um instrumento que pode atuar de forma pró-cíclica, impulsionando o crescimento, ou de forma anticíclica, mitigando o impacto de uma crise ou tirando o país de uma recessão. Contudo, qual direção deve ser tomada pela política fiscal, expansionista ou contracionista, de acordo com a situação econômica vigente, depende de qual ótica da corrente econômica se lida. Assim, estudar a política fiscal de um país permite entender melhor a economia de um período, tal como qual visão econômica era vigente, quais foram seus resultados e impactos em outras variáveis. Destarte, a compreensão da política fiscal no passado oferece a oportunidade de reavaliá-la no futuro, visando otimizar os resultados desejados tanto para a Austrália, quanto para o restante do mundo.

No caso, o período selecionado, de 1990 a 2017, e o local, a Austrália, foi marcado por eventos significativos, como a crise de 2008 e outras mudanças políticas e econômicas importantes que serão vistas a seguir. Portanto, a análise da política fiscal permitirá compreender como o governo australiano respondeu a esses desafios e quais os impactos e medidas foram adotadas.

O objetivo deste trabalho é entender a política fiscal da Austrália no período de 1990 a 2017 em seu contexto histórico-econômico. Primeiramente, no capítulo 1 será realizado um panorama das principais características da economia australiana, assim como a periodização e exposição dos eventos político-econômicos, com a utilização de dados como da balança comercial, carga tributária, gasto público e tipo de gasto (saúde, educação, bem-estar social), entre outros, além de fatores externos e fatos históricos. No capítulo 2, com auxílio e complementação dos dados obtidos no capítulo 1, será realizada a análise da reação da política fiscal. Por fim, no capítulo 3 será realizada a análise da política fiscal de três maneiras, a partir da taxa de crescimento real do gasto em relação à taxa de crescimento real das despesas do governo, a variação da receita, do PIB e da carga tributária corporativa em relação à variação dos preços das commodities e, com mais ênfase, a partir do modelo do supermultiplicador sraffiano e a decomposição do crescimento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Primeiramente, para introduzir a fundamentação teórica do trabalho, é importante trazer brevemente o raciocínio keynesiano do funcionamento da política fiscal e como é descrito por ele, uma vez que analisaremos um período em que houve uma política fiscal keynesiana e uma teoria que utiliza de seus princípios.

O princípio da demanda efetiva, introduzido no capítulo 3 da "Teoria Geral" de Keynes, determina que a demanda esperada pelo empresário é aquela que vai determinar o movimento e a produção na economia, pois, a partir de suas expectativas de lucro futuro é que o empresário fará uma decisão de investimento, decisão esta que também vai gerar renda para o consumo das famílias. Portanto, as decisões de gasto da sociedade em consumo e investimento, que representam a demanda, são responsáveis por determinar o nível de emprego e da produção, ou seja, a demanda determina a oferta.

Em uma recessão econômica, Keynes via os gastos do governo como uma forma de compensar a redução de investimentos dos empresários oriunda da visão pessimista do mercado. Há uma visão equivocada de que a política econômica de Keynes (1936) de gastos do governo operava por déficits fiscais, mas, na realidade, a Teoria Geral já previa que, através do multiplicador Keynesiano (m), o efeito dos gastos do governo (assim como investimento e exportações) gerariam um efeito maior na renda que o original ($m>1$), aumentando, assim, a arrecadação tributária.

Além disso, o crescimento da renda levaria ao crescimento da poupança, que leva a um aumento da demanda por títulos. Portanto, a política fiscal keynesiana não incorreria necessariamente em um déficit fiscal, contrariando a visão convencional.

Um dos embasamentos teóricos a serem utilizados para a análise que faremos da política fiscal australiana é a lógica do supermultiplicador sraffiano, formulado por Serrano (1995, 1996) e Bortis (1997). O supermultiplicador sraffiano é um modelo de crescimento em que o crescimento é liderado pelo crescimento dos gastos autônomos, aqueles que não são liderados pela renda, como gastos e investimentos do governo, exportações, dentre outros, e o ajustamento da capacidade produtiva de acordo com a demanda efetiva, a partir do investimento privado, que é induzido pela expectativa da demanda efetiva no longo prazo:

"se nota que em média o crescimento da capacidade produtiva da economia não se afasta tanto assim do crescimento da demanda efetiva e que, portanto, o grau de utilização da capacidade produtiva, embora oscile bastante, em geral, não

apresenta uma tendência de longo prazo de crescer ou diminuir continuamente” (Serrano, 2006: 1).

Portanto, o crescimento pela expansão da demanda efetiva ocorre pelo ajustamento da capacidade produtiva à demanda e a taxa de acumulação de capital, variável-chave para explicar a dinâmica do crescimento econômico, também segue a expansão dos gastos autônomos. Um aumento na taxa de crescimento dos gastos autônomos além do nível de capacidade ociosa, que é planejada para atender mudanças inesperadas na demanda, levaria à sobreutilização inicial da capacidade e a aumentos graduais na taxa de investimento, sendo induzidos pelo aumento da taxa de crescimento da demanda agregada (estes implicariam em um aumento ainda maior da sobreutilização da capacidade). Dessa forma, a aceleração do crescimento da capacidade em relação ao crescimento da demanda agregada, que ocorreu devido a uma maior taxa de investimento, faria gradualmente o grau de utilização tender ao seu nível normal.

Dessa forma, ao tratar da política fiscal, a taxa de crescimento de longo prazo da economia está intrinsecamente relacionada ao crescimento dos gastos autônomos, que incluem os gastos do governo (Freitas & Serrano, 2015). Como verificado por Pereira e Bastos (2022) em simulações com o modelo do Supermultiplicador, o gasto do governo gera um produto adicional no próximo período e, consequentemente, há uma arrecadação adicional do governo. Da mesma forma, se outros gastos autônomos, além do gasto do governo, crescerem, há um maior crescimento do produto e, consequentemente, uma maior receita tributária, inclusive, sendo possível ser suficiente para não haver um déficit fiscal.

Assim, concluem que, mesmo com uma expansão dos gastos públicos e com uma carga tributária constante, é possível obter uma situação de orçamento superavitário. Dado que a simulação foi elaborada com gastos autônomos constantes, é notório que, com gastos autônomos crescentes, como, por exemplo, exportações, o saldo da conta do Tesouro levaria ainda mais períodos para se exaurir, ou poderia até mesmo não se exaurir.

Para calcular o supermultiplicador (α) e realizar a decomposição do crescimento (g) como realizado por Haluska (2023), a fim de estudar o impacto dos componentes no crescimento, foi necessário calcular os componentes t (relação entre os impostos e o PIB), c (propensão marginal a consumir), u (participação da parcela doméstica da demanda total da economia), m (percentual de conteúdo importado), h (propensão marginal a investir), a partir de valores extraídos de bases de

dados confiáveis, tais como IMF, OCDE, Unctad, Undata e *Australian Bureau of Statistics* (ABS), apresentados a valores correntes e em milhões de dólares australianos.

As hipóteses utilizadas por Haluska em seu artigo foram reproduzidas neste trabalho. Considerando uma economia aberta e com governo, temos como o produto (Y):

$$Y = M + C + I + G + X$$

Considerando o percentual de conteúdo importado (m) igual para todos os usos, temos as importações (M) como:

$$M = m(C + I + G + X)$$

E, portanto:

$$m = \frac{M}{(C + I + G + X)}$$

Assim, com o resultado de m podemos inferir a participação da parcela doméstica da demanda total da economia (u):

$$m = (1 - u)$$

$$u = 1 - m$$

O supermultiplicador pode ser determinado pela expressão:

$$\frac{u_1}{1-u_1(c_1\tau_1+h_1)}$$

A derivação da equação pode ser observada no Anexo 2 em Haluska (2023).

Temos como renda disponível (Y_d), a soma do PIB (Y) com as transferências do governo às famílias (Tr) subtraído dos impostos (T). A partir de Y_d e o consumo induzido das famílias, que foi considerado sob a hipótese de sendo o consumo de serviços (C^S) e de bens não duráveis (C^{ND}), podemos calcular a propensão marginal a consumir (c):

$$c = \frac{C^{ND} + C^S}{Y - T + Tr}$$

Em seguida, temos a propensão marginal a investir (h) que é composta por duas variáveis. Sendo elas, o investimento das famílias que cria capacidade produtiva (exclusive do investimento residencial das famílias) somado ao investimento privado das empresas, igual à propensão a investir ou a parcela do investimento induzido em relação ao produto (h) que multiplica o produto:

$$I_F^{cap} + I_E^P = hY$$

Desprezamos o investimento das famílias que cria capacidade produtiva e calculamos o h pela razão entre investimento induzido e produto.

Para calcular a soma de todos gastos autônomos que não criam capacidade para o setor produtivo (Z), este composto pelos gastos do governo (G), transferências (Tr), investimentos do governo (I_G), investimento das empresas públicas (I_E^G), exportações (X), consumo autônomo das famílias (C^A), investimento residencial das famílias (I_F^{RES}), que são dados que já possuímos:

$$Z = G + cTr + I_G + I_E^G + X + C^A + I_F^{RES}$$

Destarte, o investimento induzido é o produto multiplicado pelo c , e algumas outras fórmulas:

$$T = tY$$

Sendo τ igual à $(1-t)$.

Por fim, no artigo de Haluska (2023), há o detalhamento da composição do crescimento (g) que foi utilizado neste trabalho para ilustrar sobretudo a contribuição das variáveis para o crescimento:

$$\begin{aligned} g = & \alpha_1 \left(1 - t_0 + \frac{Tr_0}{Y_0} \right) \Delta c + \alpha_1 \Delta h - \alpha_1 c_1 \Delta t - \frac{\alpha_1}{(1 - m_0)(1 - m_1)} \Delta m \\ & + \alpha_1 c_1 \left(\frac{\Delta Tr}{Y_0} \right) + \alpha_1 \left(\frac{\Delta G}{Y_0} \right) + \alpha_1 \left(\frac{\Delta I_G}{Y_0} \right) + \alpha_1 \left(\frac{\Delta I_E^G}{Y_0} \right) + \alpha_1 \left(\frac{\Delta X}{Y_0} \right) \\ & + \alpha_1 \left(\frac{\Delta C^A}{Y_0} \right) + \alpha_1 \left(\frac{\Delta I_F^{RES}}{Y_0} \right) + \alpha_1 \left(\frac{\Delta E}{Y_0} \right) \end{aligned}$$

Com a equação do crescimento, torna-se possível calcular de forma separada as contribuições do crescimento das variáveis, que será analisada no capítulo 3.

CAPÍTULO 1. EVENTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS RELEVANTES NO PERÍODO

Como exportadora de commodities, o contexto político-econômico externo é um ponto tão importante quanto o contexto político-econômico interno para explicar assuntos domésticos da economia australiana. Neste capítulo, serão explicitadas as principais crises de 1990 a 2017 e como estas impactaram a economia do país, além de uma síntese da história tributária do país.

Greg Smith, em *Australian Tax Reforms: Past and Future*, simplifica que há dois caminhos a serem tomados pela economia política: pelo modo deliberativo de análise e persuasão, com propostas elaboradas com base no interesse público, através de um processo consultivo aberto, ou “por trás das portas”, sendo guiado pelos políticos, mas levando em conta a questão da aceitação da comunidade a permitir aos governos o direito de definir um rumo e liderar em tempos difíceis ou desafios.

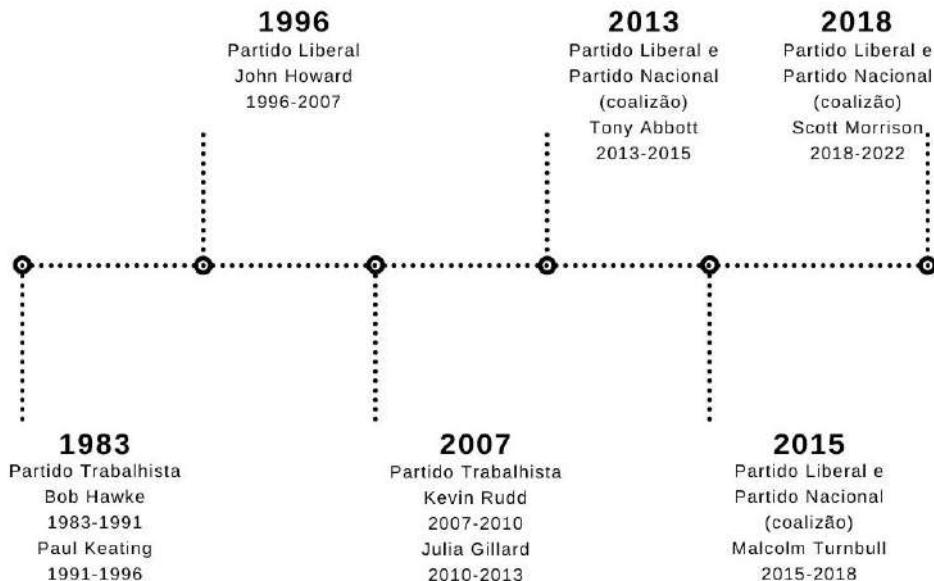
O que se pode inferir dos caminhos definidos por Smith é que, independentemente do governo atual e seus desejos, sua atuação há de ser subjugada pela vontade popular, estando sujeita a não aceitação social. Portanto, políticas econômicas, tais como reformas tributárias, podem ter objetivo, como alegado pelos políticos, a melhora na eficiência econômica, mas servem sobretudo para atender às necessidades da sociedade que mudam de acordo com as circunstâncias. Dessa forma, tal reflexão retrata o contexto político-econômico australiano, a partir das decisões de condução da política fiscal, principalmente em momentos de crise.

Na década de 1980, implantaram-se regras à política fiscal australiana visando restringir os gastos do governo, de modo que não houvesse necessidade de elevar a carga tributária. Na época, a motivação para a consolidação fiscal, de acordo com Gruen e Sayegh (2005), se deu pela preocupação dos ortodoxos com o surgimento de grandes déficits em conta corrente em 1980, que, junto a depreciação da moeda, levaram a um aumento também da dívida externa da Austrália. Portanto, o objetivo dos *policy makers* era elevar a poupança nacional.

No orçamento de 1985/1986, o governo se comprometeu a metas de médio prazo para os próximos anos: de não aumentar a proporção da receita tributária em relação ao PIB; não aumentar os gastos do governo em relação ao PIB; reduzir o déficit do orçamento absoluto e em relação ao PIB. Ou seja, as medidas de médio prazo visavam uma restrição fiscal e tal perfil teria permanecido até a Crise Financeira Global, sendo retomado alguns anos depois, como será visto posteriormente.

1.1 GOVERNOS

Gráfico 1 - Linha do tempo governos 1983-2022



Fonte: Wikipedia. Elaboração própria.

O gráfico 1 exibe a linha temporal relativa aos anos dos mandatos dos primeiros-ministros da Austrália, juntamente com os partidos políticos correspondentes durante esse período.

No período de 1983 a 2022, os partidos Trabalhista e Liberal tiveram eleitos primeiros-ministros pelo parlamento australiano, tendo o Partido Nacional participado sob coalizão com o Partido Liberal de 2013 a 2022. Em 1983, no seu primeiro mandato, Bob Hawke foi eleito com o Partido Trabalhista e governou até 1991, quando Paul Keating, do mesmo partido, assumiu e governou até 1996.

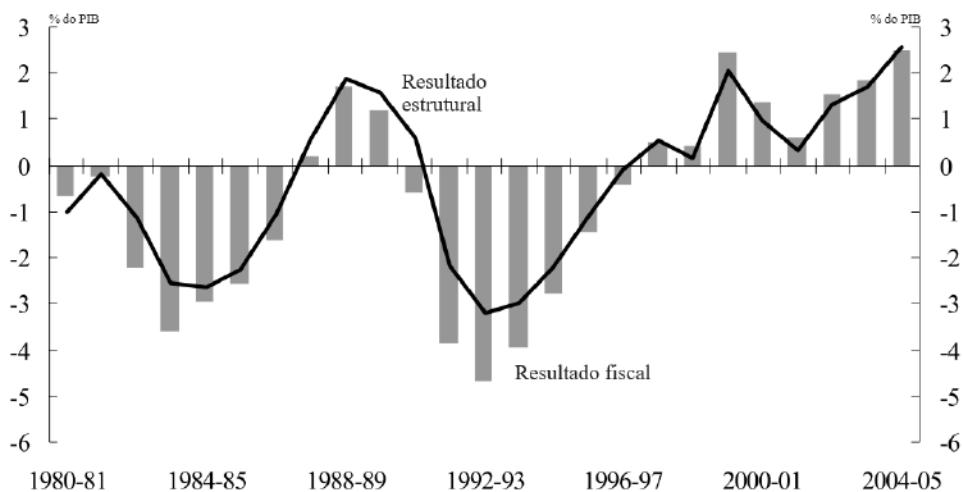
Em 1996, John Howard, do Partido Liberal, foi eleito e permaneceu no poder até 2007, quando Kevin Rudd, do Partido Trabalhista, assumiu e permaneceu até 2010, ao ser substituído por Julia Gillard, do mesmo partido.

Por fim, em 2013, foi eleita uma coalizão do Partido Liberal com o Partido Nacional, em que o primeiro-ministro foi Tony Abbott, que governou até 2015, quando Malcolm Turnbull subiu ao cargo. Em 2018, Scott Morrison tornou-se primeiro-ministro, ainda durante a coalizão, até 2022.

1.2 RECESSÃO AUSTRALIANA 1990-1991

Tal política de contenção fiscal foi acompanhada de superávits fiscais no fim da década de 1980, mas, interrompida em 1990 com a recessão australiana (1990-1991). Assim, é possível observar no gráfico 2, em que o resultado fiscal do governo é positivo no final da década de 1980, mas logo torna-se negativo.

Gráfico 2 - Resultado fiscal do governo (1980-2005)¹



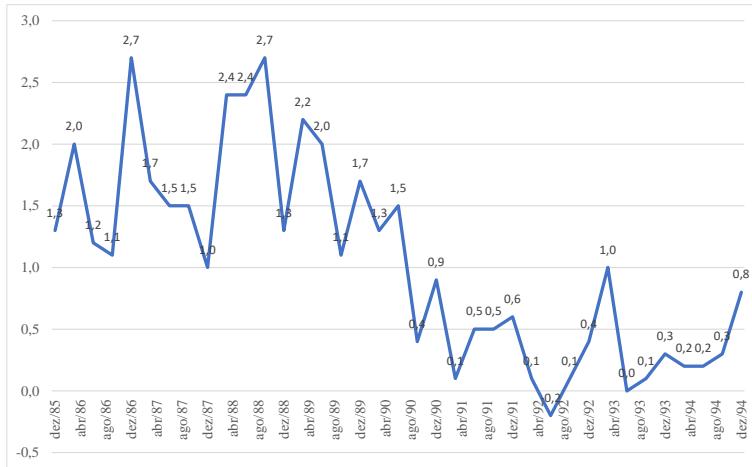
Fonte: The evolution of fiscal policy in Australia (D. Gruen, A. Sayegh, 2005).

A recessão teria sido resultado da subida da taxa de juros a níveis elevados, em uma tentativa de contenção da demanda doméstica e inflação. Contudo, tal pausa na contenção fiscal aconteceu apenas para apoiar a recuperação econômica, pois, o consenso ainda era que, após a recuperação, continuariam com o objetivo de “aumentar a poupança nacional, reduzindo a necessidade de financiamento estrangeiro do investimento doméstico” (Commonwealth of Australia, 1992, p. 259, tradução nossa)².

¹ Nota do autor: “o gráfico mostra o resultado fiscal para todas as esferas do governo, com fonte do Tesouro Australiano, e uma estimativa do resultado estrutural, derivado utilizando estimativas da OCDE de contribuições cíclicas do orçamento.” (D. Gruen, A. Sayegh, 2005).

² Trecho no original: “With the onset of the early 1990s recession, focus shifted toward the immediate need for fiscal policy to support economic recovery. Even in the depths of the recession, however, the case was made that, once the economy recovered, ‘fiscal policy [could] then resume its important medium-term role of increasing national saving and reducing recourse to foreign financing of domestic investment’ (Commonwealth of Australia, 1992, p. 2.59).”

Gráfico 3 - Taxa de crescimento real do PIB (dez/1985 a dez/1993)



Fonte: ABS. Elaboração própria

Em relação ao PIB, é notável no gráfico 3 que, durante o período de recessão, a taxa de crescimento permaneceu a níveis próximos de zero, chegando a -0,2% em junho de 1992. No restante da década de 1990 houve recuperação do crescimento, mas ainda a níveis modestos em relação à década anterior.

1.3. CRISE ASIÁTICA FINANCEIRA 1997-1998

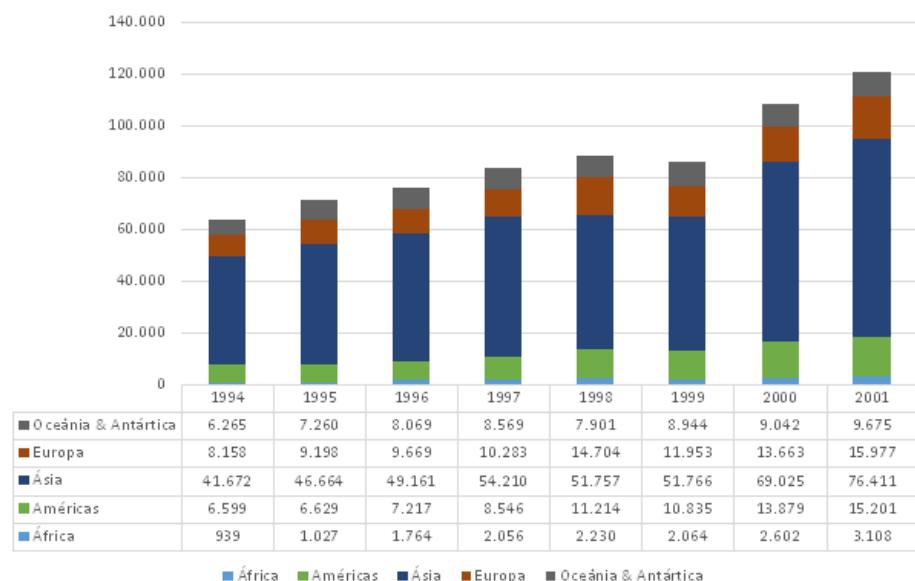
No final da década de 1990, a Crise Asiática Financeira foi a maior influência individual na formulação da política macroeconômica australiana. Nas avaliações do Reserve Bank of Australia Annual Report (1998) e de Makin, (1999), baseadas em uma perspectiva ortodoxa, a crise na Ásia teria acontecido após uma reversão abrupta do fluxo de capital estrangeiro, causada por uma mudança da percepção de risco dos investidores, assim, ajustando seus portfólios, e trocando os ativos financeiros asiáticos por alternativas mais atraentes como Australásia, América do Norte e Europa Ocidental (Makin, 1999).

Os efeitos na economia australiana partiram sobretudo do impacto de suas exportações, uma vez que a desvalorização das moedas nos países asiáticos tornou as exportações australianas mais caras para eles, reduzindo sua demanda. Dessa forma, como evidenciado pelo *Reserve Bank of Australia*, foi notável um alargamento do déficit em transações correntes, queda do câmbio, desaceleração da atividade econômica e aumento da inflação durante o período.

Entretanto, a economia australiana teria performado de forma melhor do que países que sofreram as mesmas pressões geradas pela crise. De um lado, a visão do *Reserve Bank of Australia*, justifica a resiliência da economia ao sucesso e a importância de o dólar australiano ser flutuante, ou seja, a utilização da taxa de câmbio flexível como uma estratégia de gerenciamento de risco, justificando que os países que mais sofreram durante a crise foram que possuíam o regime de câmbio fixo, além de outras reformas estruturais que teriam acontecido ao longo dos últimos 15 anos. Do outro lado, o comitê em Economia, Finanças e Administração Pública³ na Austrália rejeita a versão do RBA e aponta como principais fatores do país ter se sobressaído o fato de ter um mercado financeiro robusto e bem regulado, com boa comunicação entre reguladores e bolsa nacional e internacional.

Todavia, as consequências da crise também desencadearam pontos positivos para a Austrália, o redirecionamento dos fluxos de capital, sobretudo para mercados norte americanos e europeus, ofereceu novas oportunidades de comércio para com tais regiões, compensando parte das exportações “perdidas” da Ásia e demonstrando de fato um crescimento real, nas exportações totais da Austrália e PIB no pós-crise (Makin, 1999).

**Gráfico 4 - Exportações de bens (por região) em milhões de dólares australianos
(1994-2001)**

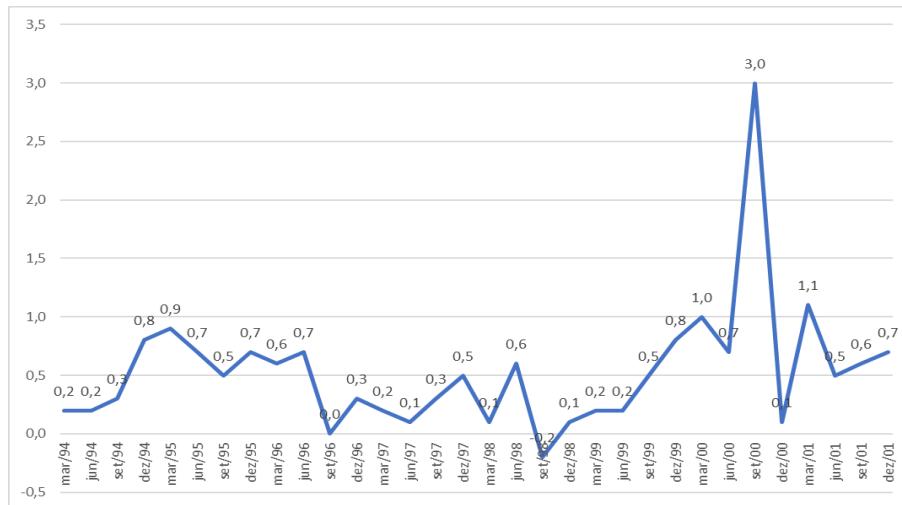


Fonte: Australian Government Department of Foreign Affairs and Trade. Elaboração própria.

³ Standing Committee on Economics, Finance and Public Administration (House of Representatives; Australia).

É possível observar, a partir do gráfico 4 e dados, o aumento das exportações para Américas e Europa, sobretudo de 1998 em relação a 1997, durante a Crise Asiática Financeira, enquanto a Ásia reduzia sua participação nas exportações no mesmo período, apesar de ainda ser a região em que mais se direcionavam as exportações australianas.

Gráfico 5 - Taxa de crescimento real do PIB (mar/1994 a dez/2001)



Fonte: ABS. Elaboração própria.

Em uma visão geral da economia, é possível inferir a resiliência da economia australiana à crise ao verificar o PIB, no gráfico 5, durante o período da Crise Asiática Financeira. Há uma pequena queda de 0,2% em setembro de 1998, contudo, o acumulado de 1998 e durante todo o período de crise é de crescimento.

1.4. TURNDOWN GLOBAL 2001-2002

O turndown global em 2001 registrou o período de crescimento mundial mais fraco desde o início dos anos 1980. Os principais países industrializados e parceiros comerciais da Austrália, como Estados Unidos, Japão e Alemanha, entraram em recessão em 2001, transmitindo a estagnação a outras economias, sobretudo por meio de uma demanda mais lenta por suas exportações.

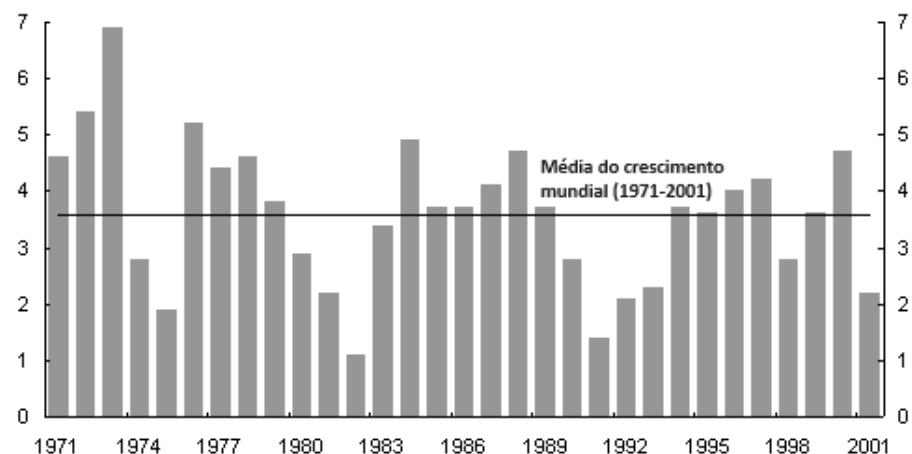
Em uma abordagem ortodoxa, o relatório do Tesouro do Governo Australiano identificou dentre os principais possíveis fatores causadores da recessão mundial: o excesso especulativo no final dos anos 1990, por altas expectativas de retorno de investimentos relacionados à capacidade das tecnologias de informação e comunicação que, sob uma reavaliação, sofreu uma redução nos

gastos de capital nos EUA; um declínio (momentâneo) de mercados acionários globais pós atentado de 11 de setembro.

Portanto, tais fatores exógenos à economia australiana impactaram negativamente principalmente atividades relacionadas ao setor externo do país. Foram afetadas áreas como commodities agrárias e não agrárias, pela desaceleração da importação de outros países, o turismo, pelo temor causado pelo evento de 11 de setembro, dentre outros. Segundo o relatório, a exportação de commodities agrícolas decresceu 5,7% no período 2001 a 2002, a exportação de serviços (que inclui turismo) foi a mais atingida, com um decrescimento de 9,4%. No total, as exportações decresceram em 2% no período, em relação ao anterior.

Contudo, apesar das fracas condições econômicas globais, depois de 2001, a Austrália obteve um aumento na demanda doméstica que teria compensado a queda nas exportações, ou seja, não houve recessão para a Austrália. Além de ter performado nos anos 2000 ainda acima da média mundial, como demonstrado no gráfico 6.

Gráfico 6 - Crescimento australiano versus média global em porcentagem (1971-2001)



Fonte: Tesouro australiano.

Após um desaquecimento do mercado imobiliário em 2001, do lado da oferta, houve um investimento habitacional e uma sólida contribuição do investimento empresarial. Pelo lado da demanda, um aumento no consumo das famílias, principalmente em bens duráveis (como casas), que se refletiu devido a um maior nível de atividade no mercado imobiliário residencial (graças aos

investimentos), descida da taxa de juros e o forte crescimento dos salários das famílias que criaram um ambiente mais propício ao consumo.

1.5. CRISE FINANCEIRA GLOBAL DE 2008

A Crise Financeira Global de 2008 é considerada o maior período de estresse econômico mundial desde a Grande Depressão (1930). A principal causa da Crise Financeira Global consistiu na especulação imobiliária nos Estados Unidos (EUA) sob um cenário, até então, macroeconomicamente favorável. Com grande oferta de crédito imobiliário, sem responsabilidade e avaliação de riscos e, consequente, expansão do setor imobiliário, alcançou o ponto de inflexão em que os preços das casas começaram a cair e, conjuntamente, credores deixaram de pagar os empréstimos.

A transmissão da crise para além da fronteira americana se deu pelo investimento de bancos estrangeiros assegurados por hipotecas e atuação de bancos americanos fora do país. Após a falência dos Lehman Brothers, em setembro de 2008, “investidores começaram a sacar seu dinheiro de bancos e fundos de investimento em todo o mundo, como eles não sabiam quem poderia ser o próximo a falhar” (Reserve Bank of Australia, 2009, tradução nossa). Dessa forma, consumo e investimentos contraíram, causando uma recessão em países de intensidades diferentes pelo mundo.

A Austrália não foi atingida integralmente pela crise, “os impactos teriam sido consideravelmente menores do que nos outros países” (RBA, p. 687, tradução nossa). O mercado doméstico de empréstimos bancários pré-crise era lucrativo, o que acarretou a composição de carteira mais voltada ao mercado interno⁴, e, portanto, levando a pouca exposição ao mercado imobiliário e aos bancos dos EUA, o ponto central da crise financeira. Assim, tal peculiaridade permitiu que o sistema bancário australiano continuasse com lucros e protegido mesmo durante a crise mundial, tal resiliência teria sido importante também para colaborar com a efetividade da política fiscal e monetária em resposta às variáveis mais afetadas pelas crises – aumento do desemprego, desaceleração econômica com redução no PIB, queda das ações e depreciação cambial.

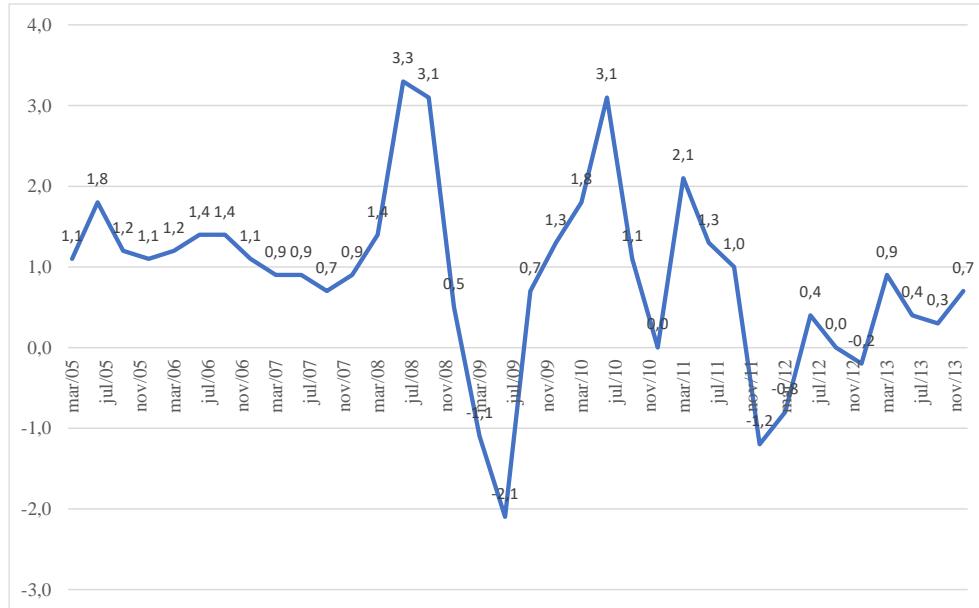
⁴ Em partes, além da lucratividade, o relatório do RBA identifica que empréstimos do tipo subprime e, outros de alto risco, compunham apenas uma pequena parcela dos empréstimos australianos devido aos padrões estabelecidos pelo regulador bancário australiano, *Australian Prudential Regulation Authority* (APRA).

Por fim, além da utilização do instrumento da política fiscal, as exportações também desempenharam um papel importante para o crescimento da economia australiana nesse período e na superação da recessão:

“[...] a forte demanda por commodities da China, que em partes foi resultado da construção de infraestruturas associada ao grande estímulo fiscal da própria China. Assim, como resultado da demanda chinesa, o volume de exportações australianas continuou a crescer no final de 2008, ao início de 2009 [...]” (Australia's Prosperous 2000s: Housing and the Mining Boom. Kearns, J.; Lowe, P., p.76, tradução nossa)⁵.

Portanto, como visível no gráfico 7, ainda é registrado crescimento do PIB medido trimestralmente de 0,5p.p. em dezembro de 2008, seguido de uma queda acumulada no ano de 2009, que apresentou uma taxa de crescimento negativa de -1,2p.p., apesar da recuperação no segundo semestre.

Gráfico 7 – Taxa de crescimento real do PIB (mar/2005 a dez/2013)

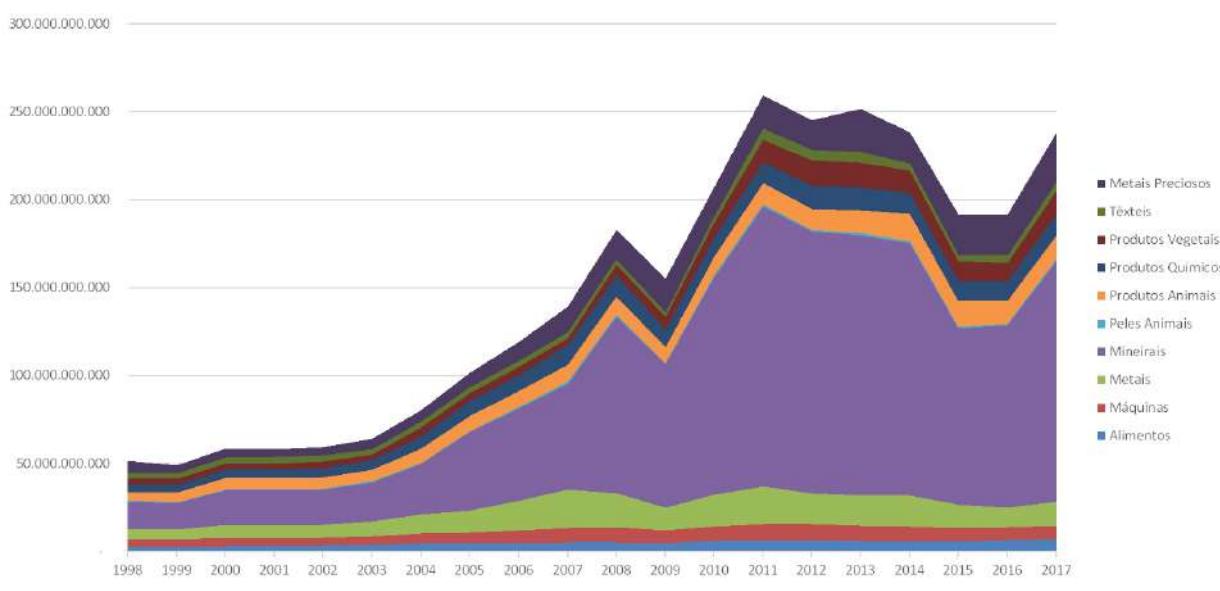


Fonte: ABS. Elaboração própria.

⁵ Trecho no original: “the strong demand for bulk commodities from China, which resulted in part from infrastructure construction associated with China’s own large fiscal stimulus. As a result of China’s demand, Australian export volumes continued to grow through late 2008 and early 2009 [...]” (Australia's Prosperous 2000s: Housing and the Mining Boom. Kearns, J.; Lowe, P., p.76)

1.6. TRAJETÓRIA DAS COMMODITIES

Gráfico 8 - Principais produtos exportados (1998-2017)



Fonte: OEC. Elaboração própria.

O gráfico 8 ilustra uma série histórica dos principais produtos exportados pela Austrália, em valor comercial e por tipo, sendo destaque dos minérios, metais e metais preciosos.

Dessa forma, como visto anteriormente, desde a época das colônias australianas, atividades econômicas primárias eram elementos relevantes na economia. Nos séculos seguintes, houve maior diversificação na economia australiana, porém, o país continuou sendo um grande produtor de commodities. Por consequência, durante sua trajetória teria se apresentado, em geral, como um *price taker*, importando altos e baixos da economia mundial (FENNA, A., 2013).

Durante a maior parte do século XX, sobretudo devido aos laços políticos e sociais da época, as exportações australianas consistiam em produtos agrícolas e direcionados ao Reino Unido⁶. Segundo dados do governo australiano, as principais exportações entre 1901 e 1945 foram de produtos como lã, trigo, manteiga e ouro, permanecendo como lã, trigo, carne, açúcar e manteiga durante as décadas de 1950 e 1960 e só ocorrendo uma mudança de perfil na década de 1970.

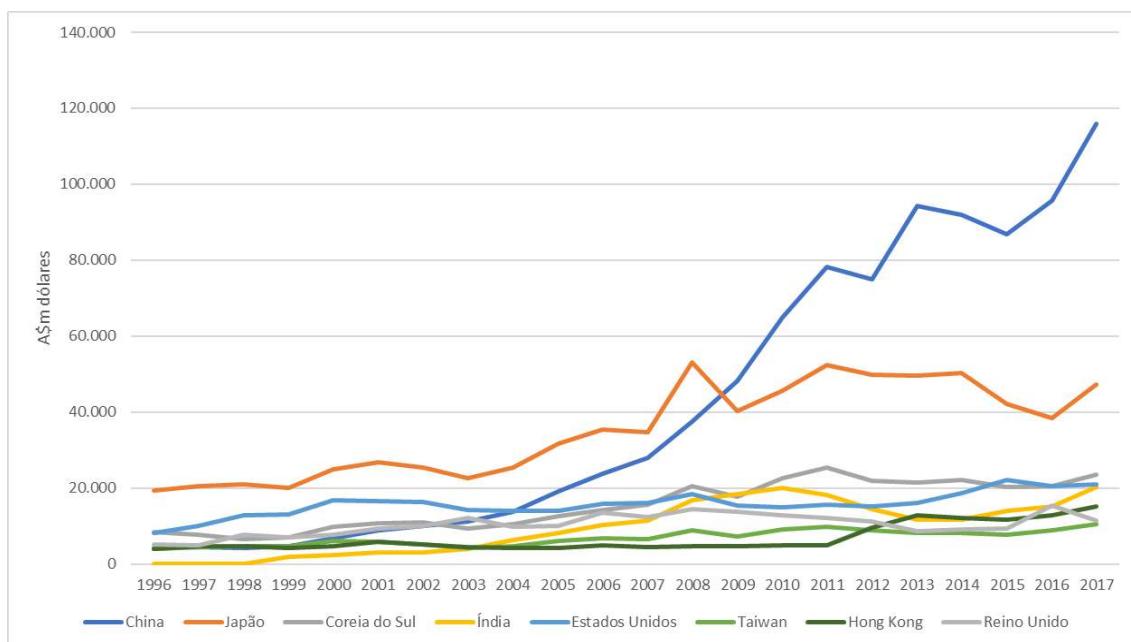
⁶ Sendo no período de 1901 a 1965, de 1901 a 1941-2, o país líder de exportações o Reino Unido, somente interrompido no período da Segunda Guerra Mundial, de 1942-43 a 1944-1945.

Assim, a mudança aconteceu na direção de recursos ainda primários, mas com maior valor agregado, como carvão, minério de ferro, gás natural e ouro novamente.

Junto a mudança do perfil de exportações, os principais países importadores também mudaram, os Estados Unidos e sobretudo países asiáticos como o Japão e Coreia do Sul teriam assumido a frente, mas no século seguinte, haveria a ascensão da China, que se tornou o maior comprador das exportações australianas.

Segundo Fenna (2013), nos anos 2000 ocorreu uma reviravolta histórica nos termos de troca em relação a épocas anteriores, tendo uma expansão na exportação de máquinas e equipamentos, mas, sobretudo, em minérios. Os principais países que consomem as exportações australianas podem ser vistos no gráfico 9, sendo, no século XXI, China, Japão e Coreia do Sul. Assim, China e Japão se demonstraram como sendo os principais *players*, expandindo sua demanda em bilhões de dólares ao decorrer do século.

Gráfico 9 - Para onde a Austrália exporta? (1996-2017)



Fonte: Australian Government, Department of Foreign Affairs. Elaboração própria.

Portanto, observa-se que pelo menos até os primeiros 17 anos do século XXI foram de crescimento absoluto nas exportações australianas. Mais especificamente, de 2003 a 2011, há um crescimento exponencial nos termos de troca, identificável como o boom das commodities.

Tal boom, teria elevado os termos de troca australianos na medida em que os preços das commodities elevaram, devido a um aumento repentino na demanda mundial que não foi acompanhado de imediato pela oferta – sendo esta demanda conduzida pela rápida industrialização e urbanização na China e em outras economias emergentes, eventos que requerem grande quantidade de aço para execução e, consequentemente, impactam positivamente na demanda do minério de ferro e outras commodities como carvão e gás, extraídos na Austrália. Desse modo, também causando o maior boom de investimentos na atividade de extração de minérios da história australiana na tentativa de aumentar a produção para lucrar mais com os preços maiores.

Em relação às exportações de minerais para a China, estas representaram, em valor, a maior parte das exportações de mercadorias da Austrália (80%), no ano de 2009. Apesar de, em 2007, o valor dessas exportações ter sido de apenas 57%, afetado pela recessão global, a demanda da China por exportações australianas em geral continuou crescendo, como visível no gráfico 9, até 2014. Tal queda também se apresentou em outros países, sendo caracterizado como o fim do superciclo das commodities ou fim do boom das commodities. Segundo o RBA, a queda causada nos termos de troca teve o efeito oposto em relação ao aumento, uma diminuição no crescimento do PIB, emprego, lucros, salários e receitas fiscais, bem como sobre a inflação do país.

Tabela 1 - Porcentagem do valor adicionado real por setor

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Agricultura, silvicultura, pesca	2,4	2,5	2,4	2,5	2,4	2,5	2,6	2,9	2,6	2,3	2,1	2,4
Indústria incluindo energia	19,0	20,5	20,0	18,4	18,7	16,6	15,5	17,0	17,6	19,2	19,5	19,8
Construção	8,1	8,0	8,3	8,5	8,5	8,8	8,5	8,1	8,2	7,9	7,6	7,4
Comércio, reparações, transportes, alojamento, serviços alimentícios	17,1	16,7	16,9	17,1	16,5	16,7	16,9	16,4	16,0	15,6	15,3	15,4
Informação, comunicação	3,4	3,2	3,0	3,0	2,9	2,9	2,9	2,7	2,6	2,4	2,3	2,4
Finanças e seguros	8,9	8,7	8,4	8,7	8,9	8,6	8,8	8,5	8,4	8,2	8,1	8,0
Mercado imobiliário	11,5	11,0	11,3	11,8	12,2	12,5	12,8	12,8	12,6	12,3	12,3	12,1
Serviços profissionais, científicos e de apoio	9,8	9,7	9,9	10,1	9,7	10,6	10,5	10,7	10,9	11,0	11,3	10,9
Administração pública, defesa, educação, saúde, serviço social	17,0	16,9	16,9	17,3	17,4	18,0	18,6	18,2	18,1	18,3	18,8	19,0
Outros serviços (ISIC Rev.4 R - U)	2,9	2,8	2,9	2,8	2,8	2,9	2,8	2,8	2,8	2,8	2,6	2,4

Fonte: OECD. Elaboração própria.

Contudo, o fim do boom dos minérios deu espaço para uma reorientação da economia, a redução da taxa de juros (2011-2016) e a depreciação cambial (2013-2015) auxiliaram o crescimento de setores não relacionados à mineração. Tal crescimento se deu em setores como

agricultura, indústria e serviços (incluindo turismo), como consta o crescimento do valor adicionado real durante o período na tabela 1, assim, reduzindo a queda de crescimento no PIB.

Outro setor importante para o desenvolvimento da Austrália nesse período, foi o imobiliário, apesar de ter sido prejudicado em partes pela redução de investimentos das empresas de mineração e consequente menor emprego e atração ao mercado imobiliário dessas cidades, “o seu mercado imobiliário beneficiou das ansiedades da China: os imóveis australianos são um investimento popular para os chineses ricos, ansiosos por transferir dinheiro para algum lugar mais seguro.” (The Economist, 2017)⁷.

Posteriormente, houve recuperação dos termos de troca em meados de 2017, com o aumento das exportações e certa recuperação do preço. O preço do minério de ferro não teria se recuperado pelo menos até 2019, mas o carvão já teria atingido níveis de preço maiores do que 2013 em 2016. Portanto, tais variações de queda estão visíveis no gráfico 10, a partir da série histórica de preços do carvão, e no gráfico 11, com a série histórica de preços do minério de ferro:

Gráfico 10 - Histórico de preços do carvão (2009-2019)



Fonte: tradingeconomics.com

⁷ Trecho no original: “its property market has benefited from China’s anxieties: Australian homes are a popular investment for wealthy Chinese eager to move money somewhere safer” (The Economist, 2017)

Gráfico 11 - Histórico de preços do minério de ferro (2007-2019)



Fonte: tradingeconomics.com.

1.7. HISTÓRIA TRIBUTÁRIA

No decorrer do século XX, muitos impostos foram criados, modificados ou destruídos, consoante a necessidade do tempo, “a história da reforma tributária é em grande parte uma história de luta para responder às novas circunstâncias” (Smith, 2009, tradução nossa)⁸. O artigo de Reinhart e Steel, *A brief history of Australia's tax system* (2006), divide a história tributária do século XX em dois momentos: antes e depois dos anos 1970.

Antes de 1970, o foco em geral era aumentar a receita de impostos, não somente com a criação de novos tributos ou aumento das alíquotas, mas também pela subtração de isenções ou reembolsos em casos de necessidade de maior arrecadação, o sistema de taxação australiano teria sido construído para satisfazer as necessidades de receitas públicas das grandes guerras e do crescente estado de bem-estar (Smith, 2009).

No ano de 1915, foi introduzido o imposto de renda federal, aumentando a carga tributária visando financiar os esforços de guerra do país relacionado à Primeira Guerra Mundial. Contudo, com a criação do imposto de renda federal, apesar deste menor e mais direcionado a níveis maiores de renda, haveria concomitância com a cobrança do imposto de renda estadual, criado ainda durante

⁸ Trecho no original: “the history of tax reform is very much a history of struggle to respond to new circumstances”.

os tempos de colônia, no final do século XVIII, assim, gerando complexidade e tributação desigual do rendimento entre estados (Reinhart e Steel, 2006).

Tal concomitância teria sido relevante até 1942, quando, novamente o governo federal tomou medidas em relação à taxação de rendas, com o objetivo de financiar esforços de guerra relacionados à Segunda Guerra Mundial. Entretanto, dessa vez, a taxação estadual reduziu para dar mais espaço à federal, que teve um salto da participação do imposto de renda em sua receita de 16 p.p. em 1938 para 44 p.p. em 1941 (Reinhart e Steel, 2006).

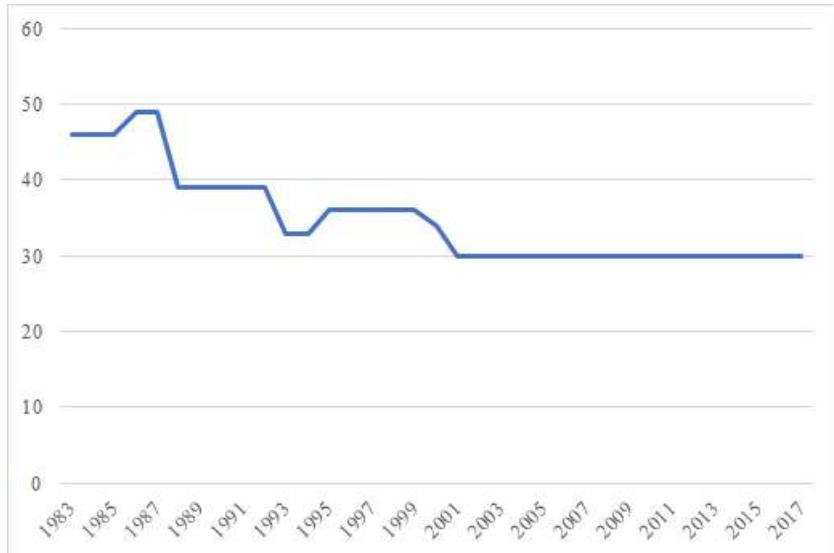
Como explicitado, a estrutura fiscal se modificou através do tempo para suportar o surgimento de novos programas sociais. Em 1947, visando financiar o programa social *National Scheme for child endowment* de transferência de renda pagos a mães que teriam mais de um filho, surgiu o imposto sobre a folha de pagamento, no montante de 2,5%. A cobrança teria permanecido responsável pela esfera federal até 1971, quando o governo cedeu o controle dos impostos sobre a folha de pagamento para os estados.

Depois de 1970, era visado reduzir a complexidade do sistema tributário. Sob a perspectiva do *Taxation Review Committee (Asprey Taxation Review)*, no ano de 1975, argumentou que era necessária uma tributação mais equitativa e eficiente que, segundo eles, viria principalmente a partir do alargamento da base tributária.

Posteriormente, o alargamento da base tributária surgiu em forma da introdução de impostos sobre ganhos de capital (1985) e sobre benefícios adicionais aos trabalhadores⁹ (1986). Em adição, foi implementado o imposto sobre bens e serviços (GST), baseado no modelo de taxação do valor adicionado (VAT), somente no ano 2000, com principal finalidade de substituir a *Wholesales tax* (WST), que tributava ao longo de toda a cadeia de distribuição, ocasionando um efeito de taxação em cascata e, por consequência, desvantagens econômicas, como a verticalização, que traz condições desiguais de competição a grandes empresas e pequenas empresas, “uma tributação menos eficiente e exportações menos competitivas pelo aumento no custo de produção na Austrália” (Reinhart e Steel, 2006)¹⁰, um país que tem parte representativa da economia voltada para a exportação.

⁹ Tem como exemplo: seguros de saúde, descontos de funcionário, carro da companhia para uso pessoal.

¹⁰ Trecho no original: “Cascading of the WST through the production chain reduced economic efficiency and export competitiveness by increasing the cost of production in Australia ” (Reinhart e Steel, 2006).

Gráfico 12 - Impostos sobre renda das empresas em porcentagem (1983-2017)

Fonte: Taxfoundation.org. Elaboração própria.

Ademais, nos anos 2000, com o governo do liberal John Howard, além da substituição do WST pelo GST, continuaram a realizar reformas no sistema tributário. Sob o discurso de apoiar o crescimento econômico, procurou-se novas reduções fiscais. Ao abrigo do *The New Tax System* (2000), foram realizadas reduções do imposto sobre o rendimento das pessoas físicas, e, posteriormente, foram reduzidas taxas às companhias, sendo possível observar a série histórica e a redução para 30%, no gráfico 12.

Tabela 2 - Carga tributária, em % do PIB (2002-2017)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receita em % do PIB	35,5	35,5	35,8	35,5	35,0	35,1	32,8	31,6	32,5	31,8	33,0	33,6	33,8	34,5	34,8	35,0

Fonte: IMF. Elaboração própria.

Nos próximos anos, contudo, não houve grandes mudanças na carga tributária. Senão um esforço do Partido Liberal de redução de alguns impostos durante o boom das commodities que resultou em uma pequena redução da carga tributária, constatada na tabela 2, entre 2004 e 2007. Esta redução teria ocorrido como parte da política fiscal durante seu mandato, que será visto com

mais detalhe na análise da receita tributária, no capítulo 3. Durante a GFC, tal queda na carga tributária se tratou da política fiscal do governo durante a crise, que também será explicitada no capítulo seguinte.

No cenário internacional, a Austrália performa com uma carga tributária abaixo da média dos membros da OCDE. De tal forma que, em 2021, se posicionou em 30º de 38 posições, sendo a primeira posição com maior carga tributária, em um ranking composto por países da OCDE.

A participação e a carga tributária de impostos como imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas na Austrália é maior do que a média desses países, pois há uma particularidade do país em não haver impostos específicos para a segurança social. Assim, em um outro ranking dos países da OCDE sobre a participação do imposto de renda, a Austrália se posiciona em segundo lugar (58,1% do total), somente atrás da Dinamarca (61,9% do total)¹¹.

Enquanto isso, em relação ao mesmo estudo, a participação do imposto sobre valor adicionado na receita total se posiciona 11 pontos percentuais abaixo da média dos países da OCDE de 21p.p. Contudo, outros impostos apresentam maior participação na receita, mas se aproximam da média da organização, como os impostos sobre a folha de pagamento e impostos sobre bens e serviços, 3 pontos percentuais acima e impostos em propriedades, 5 pontos percentuais acima.

¹¹ dados OCDE de 2012.

CAPÍTULO 2. REAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL AUSTRALIANA

2.1. RECESSÃO AUSTRALIANA 1990-1991

“Face à fraca procura do setor privado, [...] os aumentos discricionários da despesa proporcionam um estímulo direto à atividade [...] à medida que a atividade do setor privado se consolida, [...] a política fiscal pode [...] retomar o seu importante papel de médio prazo papel de aumentar a poupança nacional e reduzir o recurso ao financiamento estrangeiro do investimento interno”” (Budget Statements 1992, p. 259).

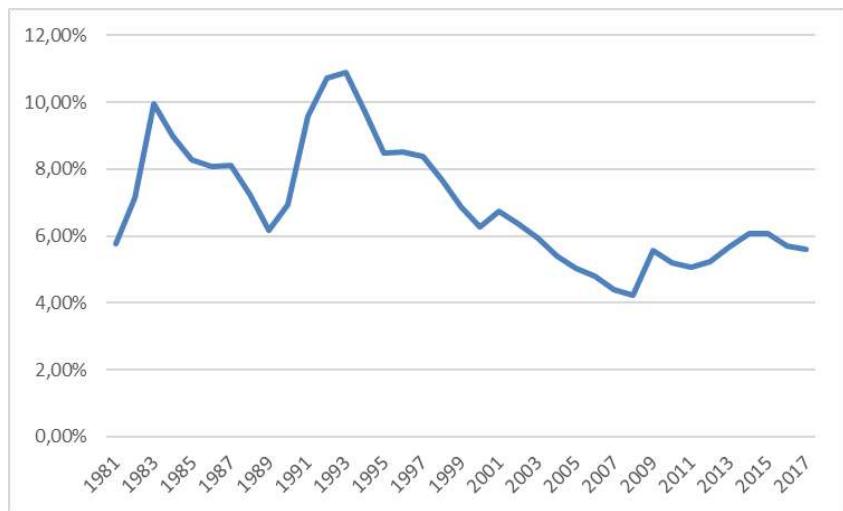
Como constatado no capítulo 1, exerceram uma pausa na contenção fiscal para apoiar a recuperação econômica da recessão dos anos 1990. Apesar disso, houve uma demora na resposta da política fiscal (Henry, K. 2020), tal atraso teria se originado na determinação em manter-se no programa de reformas econômicas, devido ao consenso na época de que o grande déficit em transações correntes e o estoque crescente de passivos externos representava o “problema econômico mais grave que a Austrália enfrentava” (Gruen e Sayegh, 2005, p.626).

Durante o governo de Paul Keating (1991-1996), é possível visualizar programas de incentivo à atividade econômica, derivados da utilização dos instrumentos da política fiscal, os gastos governamentais e os tributos, para agir anticíclicamente. Portanto, tal intervenção teria acontecido tanto pela redução da carga tributária quanto por programas que promoviam investimentos públicos.

Em 1992, o governo Keating introduziu *One Nation*, um programa de investimento. Como uma justificativa de reerguer a atividade econômica, enquanto o setor privado se consolidava de um período de recessão, o programa de Paul Keating teve como destaque um investimento de 2,3 bilhões de dólares australianos em projetos de infraestrutura que dariam base para o desenvolvimento futuro, do lado tributário, procurou-se um estímulo fiscal a partir do corte de impostos e, por fim, foi realizada transferência de renda com um pagamento único de abono para famílias.

Em adição, no ano de 1994, foi introduzido o programa *Working Nation*, sob o cenário do desemprego que sofria aumentos desde o início da recessão em 1990, como evidenciado no gráfico a seguir:

Gráfico 13 - Desemprego (1981-2017)



Fonte: OCDE data. Elaboração própria.

Portanto, o *Working Nation* pode ser considerado uma resposta direta à recessão econômica e o consequente aumento no desemprego crescente a partir de 1990, como consta no gráfico 13. No artigo *Working Nation: Context and Consequences* (2005), Jim Jose e John Burgess definem a política do programa, não sendo, mas, com características de uma terceira via (social-democrata), ao focar em seu objetivo de diminuir o desemprego através da capacitação dos trabalhadores desalentados, “tornando os desempregados prontos para o emprego” (Jose Jim, Burgess John, 2005, tradução nossa)¹².

Assim, foram tomadas medidas que davam suporte ao trabalhador australiano para tirá-lo do benefício do seguro desemprego. O governo garantiu emprego de tempo integral a um salário mínimo para desempregados a longo termo (18 meses ou mais), aumentou a oferta de programas de formação e experiência profissional para os desempregados, expandiu os locais de formação pré-profissional, aumentou os pagamentos dos empregadores para formação de aprendizagem, dentre outros.

O perfil dos desempregados durante a crise e pós-crise ainda tinha rosto, “o desemprego teria caído para os homens, mas principalmente os sem instrução” (Frijters, Paul; R. Gregory, 2006,

¹² Trecho no original: “making the unemployed ‘job ready’” (Jose Jim, Burgess John, 2005).

tradução nossa)¹³. Nos próximos anos, o desemprego teve resultados melhores, mas para tal grupo de não-bacharelados teria persistido no pós-crise, mesmo com o programa de Keating, que estimou ter gastado no total A\$6.5 bilhões até ser encerrado em 1996.

Por fim, ao investigar a diminuição da carga tributária, demonstra-se que aconteceu tanto para imposto de renda de pessoas físicas quanto para impostos de renda corporativos. As principais reduções ocorreram, em 1993-94, quando houve diminuição nas alíquotas da tabela regressiva do imposto de renda para pessoas físicas e, para as empresas, quando houve uma diminuição no imposto de renda para pessoas jurídicas da Austrália de 39% para 33% em 1993 a 1994, que se manteve em 36% de 1995 a 1999.

2.2. CRISE ASIÁTICA FINANCEIRA

Em 1996, sob o governo liberal de John Howard, a Crise Asiática Financeira acarretou, apesar da depreciação substancial da taxa de câmbio e seus efeitos, um impacto na economia australiana, em geral, surpreendentemente suave (Duncan, R., Y. Yang, 2000), mesmo apresentando um vínculo próximo com os países em crise. Portanto, não houve “nenhuma grande iniciativa de política governamental para combater o impacto adverso da crise” (A. Hooper, 2000, tradução nossa)¹⁴ além da política monetária, assim, sem grande utilização do instrumento de política fiscal.

2.3. TURNDOWN GLOBAL 2001-2002

No ano 2000 e nos próximos dois anos seguintes, a política fiscal expansionista teve um papel de suportar a economia doméstica e seu crescimento diante do turndown global e o desaquecimento do mercado imobiliário, visto no capítulo anterior. A ajuda do governo à economia nesse período veio tanto em forma de redução de impostos quanto de gastos discricionários.

O programa *First Home Owners Grant*, instaurado em Julho de 2000 e existente, pelo menos, até 2023, foi criado no intuito de estimular o mercado imobiliário, ao conceder subsídio à primeira aquisição de um imóvel ao australiano. Tais efeitos da política incluem um aumento no investimento residencial de 18,7% em 2001-2002, em relação ao período anterior de 2000-2001,

¹³ Trecho no original: “Full-time employment has fallen for all men, but it has been primarily concentrated on the unskilled.” (Frijters, Paul; R. Gregory, 2006).

¹⁴ Trecho no original: “no big response” (A. Hooper, 2000).

que já sofria de uma desaceleração. Por consequência, também ocorreu o aumento, em geral, do consumo das famílias, mas especificamente no consumo de bens duráveis, como eletrodomésticos.

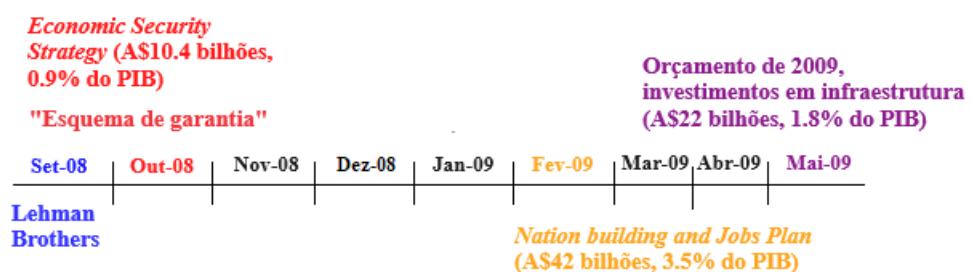
No âmbito tributário, como observado no capítulo 1, a partir do *The New Tax System* (2000) houve redução no imposto de renda de pessoas físicas e de pessoas jurídicas. Além disso, aboliu-se *Financial Institutions Duty* (FID), uma taxa cobrada por depósito bancário e, por fim, estimulou-se a compra de automóveis por empresas (registradas no GST) a partir da antecipação de créditos fiscais no ato da compra.

Em suma, a resposta fiscal do governo australiano pode ser considerada moderada, sendo compatível com a ideologia liberal do governo de John Howard. De acordo com dados do Tesouro Australiano, no período de 2001-2002, a demanda pública teria aumentado 3,3% em relação ao período anterior de 2000-2001, sendo composta mais de gastos relacionados à segurança de aeroportos e fronteira a nível nacional, devido ao terror causado pelo evento do 11/9, e em projetos de infraestrutura a níveis estadual e local.

2.4. CRISE GLOBAL FINANCEIRA DE 2008 E QUEDA DAS COMMODITIES

De 2007 a 2010, a Austrália tinha como primeiro-ministro Kevin Rudd, do Partido Trabalhista. Dessa forma, ocorre uma reação compatível à Crise Global Financeira, distinta do governo anterior, que limitava o papel da política fiscal a de estabilizadores automáticos, assim, surge uma política fiscal expansionista, proporcionada majoritariamente a partir de três pacotes de estímulos, que serão vistos a seguir:

Gráfico 14 - Linha do tempo da política fiscal durante a GFC



Fonte: Tesouro australiano. Tradução própria.

No início de outubro de 2008, aproximadamente um mês após a falência dos Lehman Brothers e, consequentemente, sob o estresse financeiro internacional, o governo australiano

comunicou o “Esquema de garantia”¹⁵ às instituições financeiras e o primeiro pacote de estímulos. O esquema de garantia era destinado a grandes depósitos e wholesale funding, como uma forma de garantir a estabilidade do sistema financeiro australiano ao estabelecer auxílio e garantias num momento em que se fazia necessário.

O primeiro pacote de estímulo fiscal, o *Economic Security Strategy*, consistiu no montante de A\$10.4 bilhões, que remetia a 0,9% do PIB da época. Os estímulos viriam de várias formas, como por: transferência de renda para pensionistas (A\$4.8 bilhões), famílias de baixa e média renda (A\$3.9 bilhões); incentivo de compra a imóveis para australianos que ainda não possuíssem (A\$1.5 bilhões); criação de 56.000 novos centros de treinamento profissionalizantes (A\$187 milhões). Dessa forma, o estímulo através da transferência de renda foi pioneiro, para assegurar um apoio rápido à demanda agregada, graças à maior velocidade de transmissão do instrumento. Em adição, as transferências eram fornecidas a indivíduos de rendimentos baixos e médios e a famílias com filhos dependentes que possuíam maior propensão marginal a consumir.

O segundo pacote de estímulo fiscal, o *Nation building and Jobs Plan* foi anunciado em fevereiro de 2009, sendo o maior de todos, no valor de A\$42 bilhões ou de 3,5% do PIB. O objetivo do governo era ajudar na criação de até 32.000 empregos e aumentar o PIB em $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ por cento, com investimentos em infraestrutura e cortes de impostos relacionados – uma redução de impostos sobre investimentos empresariais temporária, no valor de A\$2,7 bilhões. Quanto aos investimentos, foi prevista uma injeção de A\$1,2 bilhões para *Australian Rail Track Corporation* e investimentos relacionados à educação, superior e profissionalizante, e à infraestrutura rodoviária. O estímulo através destes projetos de investimentos tinha como alvo aumentar a demanda agregada num prazo mais imediato, com a elaboração de projetos que podiam ser implementados a curto prazo.

Portanto, o pacote teve como maiores precursores investimentos em infraestrutura escolar e, assim como os outros pacotes, transferências de renda. Investimentos secundários e a distribuição podem ser vistos a seguir:

¹⁵ *Guarantee Scheme for Large Deposits and Wholesale Funding.*

Gráfico 15 - Composição de orçamento do Nation building and Jobs Plan



Fonte: Tesouro Australiano. Tradução própria.

Por fim, no orçamento federal de maio de 2009, foram incluídas medidas em prol do desenvolvimento da infraestrutura ao nível nacional, no valor de A\$22 bilhões ou de 1,8% do PIB. Tais investimentos foram direcionados a grandes projetos de infraestrutura que chegam a maturidade em um longo prazo, abrangendo áreas de transportes ferroviário e rodoviário, portos, banda larga, energia limpa, universidades e cuidados de saúde.

Em suma, a reação da política fiscal se dividiu em três fases. A primeira fase consistiu no auxílio mais imediato, como mencionado, com maior velocidade de transmissão, as transferências de renda. A segunda fase consistiu no investimento em projetos de infraestrutura, mas naqueles que poderiam ser implementados num período mais curto¹⁶. E, por último, a terceira fase consistiu nos investimentos em grandes projetos de infraestrutura, pensando mais no longo prazo, assim, o estímulo através destes projetos tinha como alvo aumentar a demanda agregada no longo prazo, além de contribuir no futuro para o maior potencial de oferta da economia.

O papel da política fiscal do governo de apoio ao crescimento econômico permaneceu no pós-crise de 2008 por mais tempo que o planejado, apesar da estratégia fiscal de médio prazo do governo da época ser de retornar a ter superávits. De acordo com a análise realizada nos documentos orçamentários para o ano de 2013-2014, foi decidido pelo governo reduzir o ritmo da

¹⁶ Seriam projetos de infraestrutura “shovel-ready”, ou seja, que contém um projeto de construção considerado em estágio de desenvolvimento avançado o suficiente para que a construção comece em breve, podendo incluir o processo de aprovações e licenças.

consolidação fiscal, a fim de continuar a apoiar o emprego e o crescimento. Isto, uma vez considerado que grandes cortes para compensar reduções de receitas no curto prazo poderiam ter um custo significativo para o emprego e o crescimento, ou seja, segundo análise do governo, a economia e o investimento privado ainda não estariam em plenas condições de seguir sem o apoio do investimento público.

O orçamento para 2013-2014 previa investimentos em áreas distintas no montante de A\$24,78 bilhões até 2017. Era previsto o investimento incremental no valor de A\$9,8 bilhões ao programa de financiamento contínuo para escolas, *Better Schools*, que visava implementar um novo modelo de financiamento baseado nas necessidades para as escolas, tendo, dentre seus objetivos, melhorar a qualidade do ensino. Um incremento de A\$14,3 bilhões para o fundo *DisabilityCare Australia* que se destina ao *National Disability Insurance Scheme*, responsável por custear diretamente a população gastos relacionados à deficiência. Por fim, a última principal despesa correspondeu ao montante de A\$682 milhões, destinados a esquemas de benefícios farmacêuticos à população. Ademais, também foram incluídas alocações de A\$24 bilhões em recursos para projetos de infraestrutura destinados à melhoria e expansão da malha ferroviária e rodoviária.

Tabela 3 - Despesas por tipo, participação do total (2009-2017)

Tipo de despesa	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas governamentais obrigatórias em saúde	16,8%	16,8%	17,0%	16,6%	16,8%	17,1%	17,6%	17,8%	17,9%
Despesas voluntárias com saúde						8,1%	8,1%	8,1%	8,0%
Despesas sociais públicas	47,9%	48,4%	49,0%	49,4%	51,1%	47,7%	47,5%	49,2%	42,8%
Despesas públicas com pensões	10,8%	10,9%	11,1%	11,2%	11,6%	10,9%	10,9%	10,7%	10,2%

Fonte: OECD. Elaboração própria.

Observa-se na tabela 3 que a criação e financiamento adicional de programas relacionados ao bem-estar social da população continuou mesmo após a Grande Recessão, além de que gastos relacionados à previdência e à saúde também cresceram sequencialmente no pós-crise.

Tabela 4 - Despesas de todas esferas do governo, em % do PIB (2009-2017)

Medida	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Despesas do governo geral	% do PIB	36,97	37,16	36,32	36,53	36,39	36,76	37,29	37,27	36,76

Fonte: IMF. Elaboração própria.

Por consequência, mesmo que nos próximos orçamentos, como será visto, o objetivo consista em reduzir gastos para alcançar superávits, criaram-se reflexos nos indicadores que apontam o aumento dos gastos em relação ao PIB, como na tabela 4.

O orçamento para 2014-2015 ainda abrange investimentos, por exemplo, em infraestrutura, mas retoma a consolidação fiscal. A partir deste, foi adotada a “estratégia de reparação orçamentária”, que pode ser compreendida a partir do seu elemento chave: “um compromisso para mais do que compensar novas medidas de despesa através de reduções noutros pontos do Orçamento” (Budget 2015-2016)¹⁷. A ideia do governo era, além de reduzir os gastos, redirecionar os investimentos aos que promovam “um aumento da produtividade e da participação da força de trabalho”.

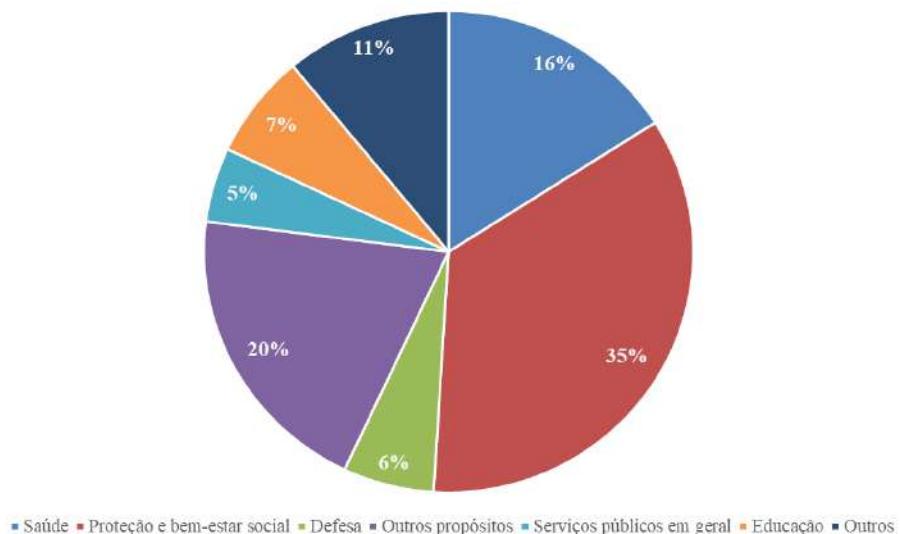
As medidas para a reparação orçamentária abrangem várias vertentes, desde uma taxação de rendas anuais acima de A\$150 mil somente com o objetivo da reparação. Outras medidas incluíram a redução da cobertura de programas de transferência de renda, o congelamento da indexação de tais programas, diminuição de repasse da esfera federal às outras para escolas e hospitais públicos. Apesar da redução, foram adotados programas de investimento em infraestrutura e de reestruturação de programas de saúde e ajuda ao emprego, ao invés somente da extinção.

Por fim, os próximos orçamentos, de 2015-2016 e 2016-2017, permaneceram com as diretrizes de reparação ao orçamento e redirecionamento dos investimentos. Contudo, ao menos no indicador da despesa em relação ao PIB não apresentou melhora no período determinado, somente uma redução da dívida de 4% do ano de 2016 em relação ao ano de 2017.¹⁸

¹⁷ Trecho no original: “A key element of the Government’s budget repair strategy is a commitment to more than offset new spending measures by reductions elsewhere in the Budget” (Budget 2015-2016).

¹⁸ Dados de dívida pública do IMF.

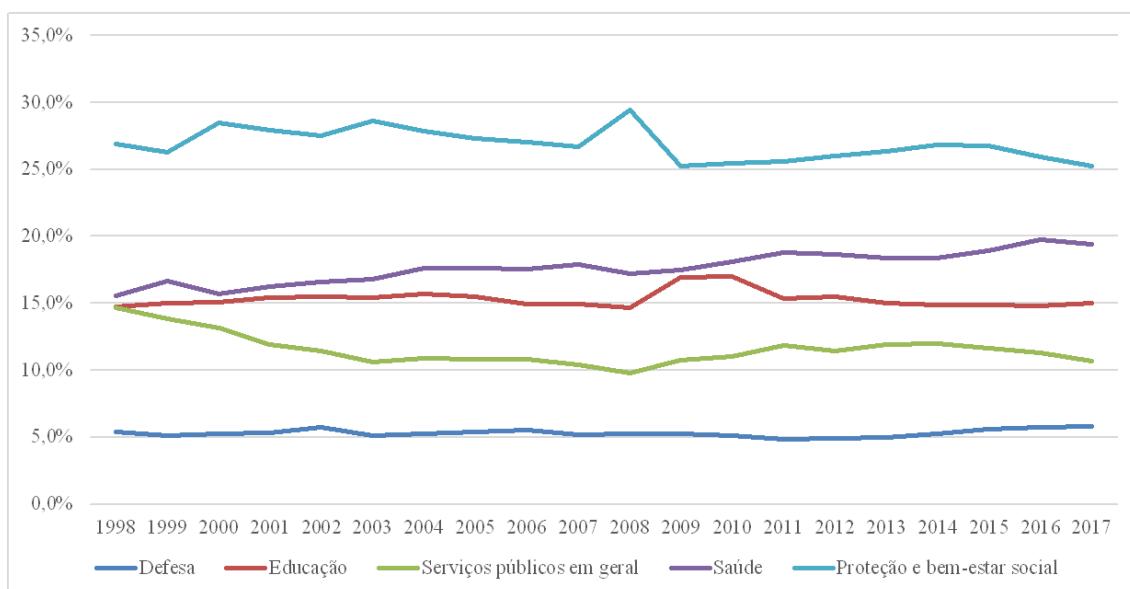
Gráfico 16 - Despesas do orçamento por função, estimativas do orçamento de 2016–17



Fonte: Australian Government, Budget 2016–17 overview, 2016, Appendix B, p. 25. Tradução nossa.¹⁹

Ao analisar a previsão de distribuição dos gastos por tipo do orçamento de 2016-17 do gráfico 16, em conjunto com a série histórica de distribuição, podemos visualizar que segue semelhante à média do restante do século XXI, sendo o maior gasto com segurança social e assistência social, e em seguida, saúde:

Gráfico 17 - Gastos do governo por tipo, participação do total (1998-2017)



Fonte: OCDE data. Elaboração própria.

¹⁹ Outros propósitos incluem sobretudo: assistência a estados e territórios, juro da dívida pública e juros da previdência (superannuation).

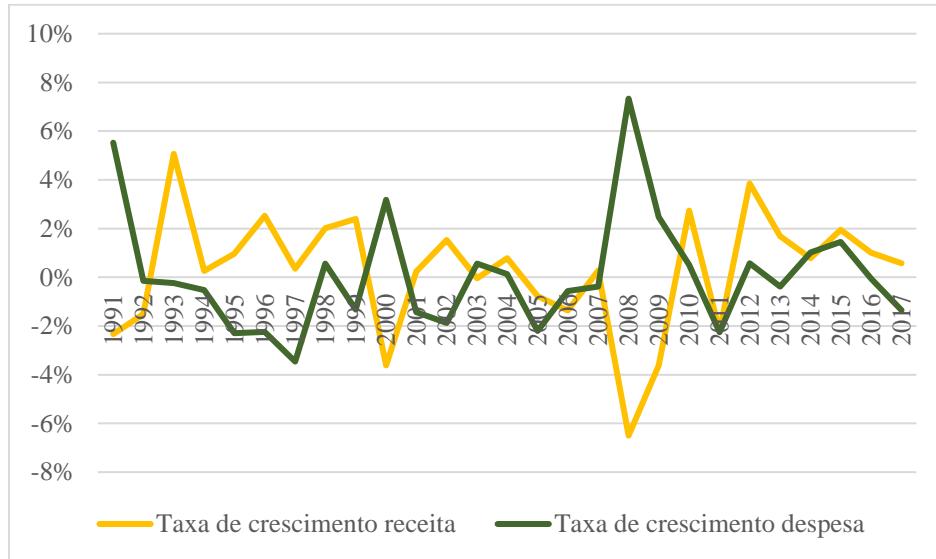
Em suma, concluímos que nesse período (2014-2017), como resposta da política fiscal à queda das commodities, houve investimentos em infraestrutura, em educação, tanto primária quanto profissionalizante, para capacitação dos desempregados e em programas de suporte ao emprego. Ou seja, medidas que auxiliaram o mercado de trabalho. Por fim, paralelamente o governo também suportava desde 2010, por exemplo, a entrada da Adani, multinacional indiana que promoveu a extração do carvão, com concessão de empréstimos para construção de ferrovias, estímulos fiscais a partir de isenções, dentre outros, por causa dos empregos que a atividade atrairia (The Economist, 2017).

CAPÍTULO 3. ANÁLISE DOS DADOS DA POLÍTICA FISCAL

Neste capítulo analisaremos os dados da política fiscal nos períodos explorados nos capítulos anteriores, a partir de três formas. Em primeiro lugar, de forma isolada, será analisada a taxa de crescimento real do gasto em relação à taxa de crescimento real das despesas do governo. Em segundo lugar, será analisada individualmente a variação da receita, do PIB e da carga tributária corporativa em relação a variação dos preços das commodities, medida pelo índice de preço das commodities da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD). Por último, será realizada uma análise a partir do modelo do supermultiplicador sraffiano e a decomposição do crescimento.

3.1 ANÁLISE DA TAXA DE CRESCIMENTO REAL DA RECEITA CONTRA DESPESA DO GOVERNO

Gráfico 18 - Taxa de crescimento da receita em relação ao PIB x Taxa de crescimento das despesas do governo em relação ao PIB



Fonte: OCDE. Elaboração própria.

As taxas de crescimento da receita e da despesa foram calculadas a partir de séries históricas de receita e despesa do governo australiano extraídas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, a partir dos dados de receita em relação ao PIB e despesa em relação ao PIB, teria sido calculada a taxa de crescimento das variáveis.

A partir do gráfico 18, podemos investigar o comportamento das curvas de despesa e receita. No início da década, o ano de 1991 apresenta uma maior taxa de crescimento da despesa (aproximadamente 6%) em relação a 1990 devido à reação atrasada da política fiscal à recessão australiana. Contudo, nos períodos seguintes a taxa de crescimento da despesa já diminui, tornando-se negativa em 1992, e permanecendo desta maneira até 1998, quando tem um pequeno crescimento positivo, que torna negativo logo em seguida. Enquanto isso, a receita apresenta sinais de recuperação com uma taxa de crescimento positiva em 1992, logo no período posterior sofre de uma queda, mas continua acima de zero. Todavia, retomando maior crescimento em 1995, se estabilizando em aproximadamente 2% ao ano até meados da virada do século, quando a arrecadação foi impactada pelo turndown e questões internas no início dos anos 2000 e também pela reforma tributária.

Mesmo durante a Crise Asiática Financeira, observa-se somente um pequeno decréscimo na taxa de crescimento da receita, que permanecia positiva, em um instante também de crescimento real do PIB. Paralelamente, ainda que em um momento de crise, há um decrescimento da despesa, menor que em relação a períodos anteriores, mas ainda negativo, que varia de acordo com a política liberal de John Howard. Isto ocorre, devido às diretrizes econômicas do Partido Liberal e o objetivo de aumentar a poupança nacional, que segundo eles, ocorreria pela contração dos gastos do governo.

Contudo, na virada para o século XXI, há uma reversão do comportamento tanto do lado da receita quanto da despesa. Ocorre um decrescimento da receita, em grande parte pelo desaquecimento da economia pelo impacto do mercado imobiliário, além das mudanças tributárias, pela própria reforma tributária e por incentivos proporcionados na época, como visto no capítulo 2. A receita apresenta crescimento real positivo no período imediatamente seguinte, com aproximadamente 2% em 2002. Já do lado da despesa, há um crescimento, podendo ser justificado pelo estímulo fiscal do governo. Durante o restante do início do século, ocorreram variações da taxa de crescimento que permanece na maior parte do tempo negativa, ou seja, sem período positivo significante, até a GFC.

O período de 2004 a 2007 foi uma época de boom das commodities e crescimento real do PIB, apesar disso, a taxa de crescimento da receita permaneceu próxima a zero ou a níveis negativos. Para analisar o comportamento da curva da receita nesse período, observa-se que, durante o governo de John Howard, enquanto a renda aumentava, em contrapartida, o imposto de

renda era reduzido para pessoas de alta renda (Redden, G., 2019) e aumentavam-se os incentivos fiscais para os residentes australianos. Do lado da despesa, também permaneceu a níveis negativos, a oferta de dívida pública foi limitada, com a cessão de emissão de notas do tesouro de 2002 a 2009 (Gruen e Sayegh, 2011) devido a política de superávits fiscais. O comportamento de ambas as curvas é alinhado com a proposta do Partido Liberal, que, sobretudo durante o boom das commodities, manteve uma forte posição fiscal com diminuição dos gastos e de impostos.

Quando ocorre a Crise Global Financeira, em 2008, há uma queda maior na receita, comportamento previsto em uma recessão pela diminuição do nível de atividade na economia e, também, fruto dos subsídios fiscais concedidos durante a crise. Já, a taxa de crescimento da despesa dispara a níveis muito superiores aos períodos anteriores. E a razão do seu crescimento nesse período foram os pacotes de estímulos fiscais, adotados para mitigar os efeitos da Crise de 2008 na economia australiana.

Como estudado no capítulo anterior, por um diagnóstico do governo de necessidade de mais estímulos à economia, adotou-se uma política fiscal expansionista por mais tempo que o previsto. Portanto, após a queda da taxa de crescimento da despesa em 2011, uma necessidade de suporte econômico levou ao aumento das taxas nos anos seguintes, mas a níveis bem menores que em 2008. Contudo, posteriormente apresentou-se uma trajetória de redução dos gastos nos anos seguintes, sobretudo devido a melhores condições econômicas e o objetivo do governo de Tony Abbott, liberal que estava à frente da coalizão do Partido Nacional e Partido Liberal, de “reparação orçamentária” a partir da contenção fiscal, ou seja, através de um corte de gastos do governo. Por fim, na perspectiva da receita, no pós-crise mostrou uma melhora e crescimento positivo em 2012 em diante, como visível no gráfico 18.

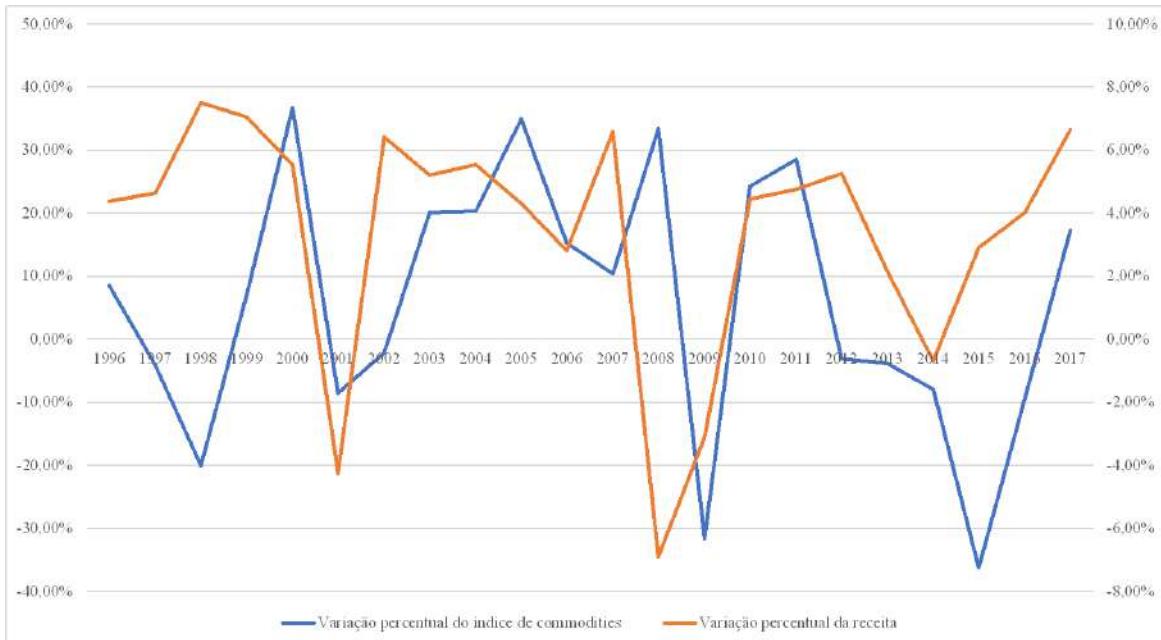
Em 2015, a coalizão do Partido Liberal e Partido Nacional permaneceu, porém, o novo primeiro-ministro definido foi Malcolm Turnbull. A proposta liberal de controle orçamentário permanecia em execução, assim, mantinham o objetivo de “continuar a manter o crescimento das despesas públicas sob controle e a garantir que as despesas sejam tão eficientes, eficazes e bem direcionadas quanto possível” (Budget 16-17 overview, p. 2)²⁰ sob o argumento de que “assim como uma família ou negócio australiano, o governo estaria focado em viver dentro das

²⁰Trecho no original: “continuing to keep government spending growth under control and to ensure spending is as efficient, effective and well-targeted as possible” (Budget 16-17).

possibilidades a manter as despesas em equilíbrio o orçamento e pagar a dívida” (Budget 16-17 overview, p. 18)²¹.

3.2 ANÁLISE DO ÍNDICE DE COMMODITIES COM RECEITA, PIB E CARGA TRIBUTÁRIA CORPORATIVA

Gráfico 19 - Variação dos preços das commodities x Variação da Receita tributária



Fonte: UNCTAD, OCDE. Elaboração própria.

Como visto nos capítulos anteriores, as commodities têm papel importante na economia australiana, sendo uma das principais atividades econômicas, mesmo com altos e baixos. Dessa forma, é evidente que haverá uma relação entre a receita do governo em impostos com a variação da performance das commodities, medida pelo indicador de commodities da UNCTAD, que inicia sua série no ano de 1995. A variação da receita não acontece somente de forma direta, pela redução ou aumento da arrecadação com os impostos de exportação, mas também de forma indireta, a partir de variações na arrecadação de outros impostos.

²¹ Trecho no original: “Like any Australian family or business, the Government is focused on living within our means by keeping expenses down to balance the budget and to pay down debt” (Budget 16-17 overview, p. 18)

A partir do gráfico 19, podemos observar similaridade no comportamento das duas curvas, que apresentam traçado semelhante. Na tentativa de encontrar a correlação entre o índice de commodities e a receita, foi realizado o cálculo do coeficiente de Correlação de Pearson. O resultado encontrado foi aproximadamente +0,6, o que representa uma correlação forte²² entre as variáveis.

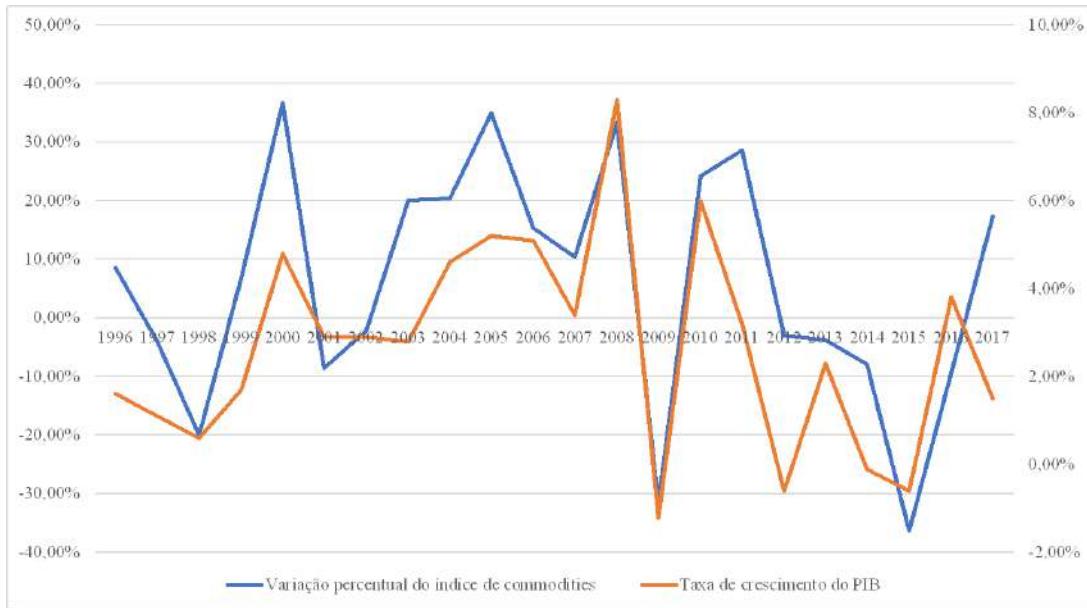
Dessa forma, podemos afirmar que as receitas tributárias na Austrália são influenciadas pela dinâmica dos preços internacionais das commodities. Consequentemente, os períodos de déficit fiscal, como, por exemplo, em períodos de políticas keynesianas, não ocorrem somente pelo aumento dos gastos, mas sim em maior parte pela queda da receita e, portanto, não se configura como uma política de déficits.

Pereira e Bastos (2022) demonstram, a partir de simulações, qual o comportamento dos impostos que são arrecadados ex post em um cenário com e outro sem o supermultiplicador. No segundo cenário, o gasto do governo em $t = 1$ gera um produto adicional maior. Assim, concluem que, a partir das rendas geradas pela operação do supermultiplicador, as receitas dos impostos levam mais tempo a exaurir que em um modelo que não há a renda adicional.

Destarte, em um último cenário, se inclui um gasto autônomo além do governo. Supondo que tal gasto autônomo cresça a mesma intensidade que o gasto do governo, a conclusão é de que há superávit em todos os períodos e o saldo da conta do Tesouro permanece crescente. Tal comportamento é observado durante o boom das commodities, com o gasto do governo australiano com intensidade igual ou menor ao crescimento dos outros gastos autônomos, o resultado foi um superávit e, caso tal proporção continuasse durante a Crise de 2008 até seu ponto máximo, continuaria a se esperar superávits fiscais.

²² Uma correlação forte é aquela que tem resultado $|0,6| < r < |0,9|$ no coeficiente de Pearson.

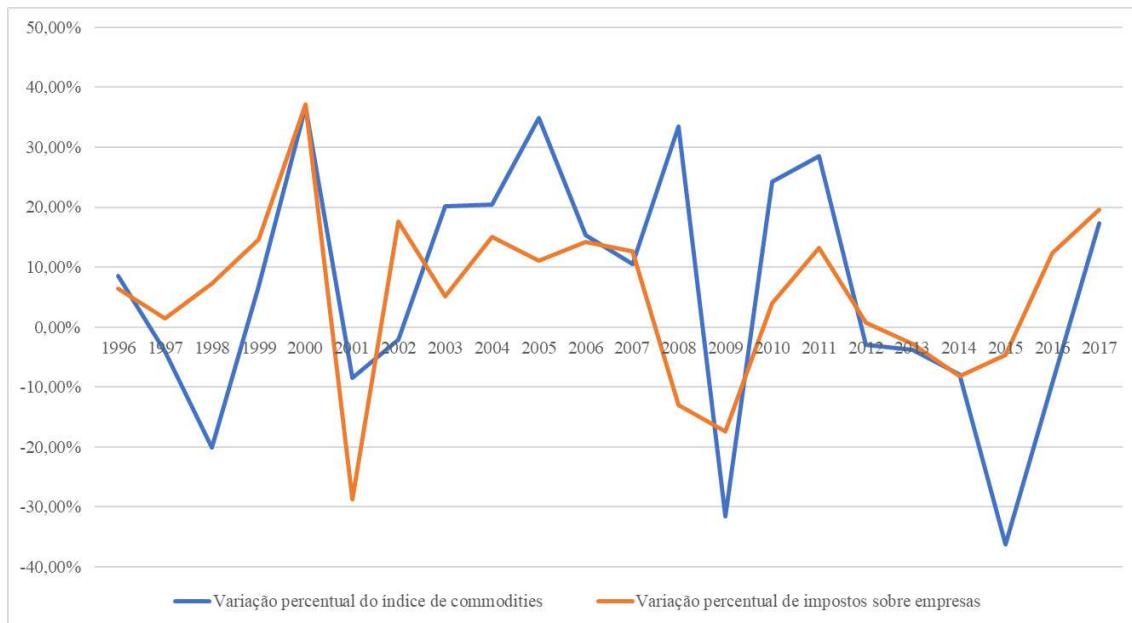
Gráfico 20 - Variação dos preços das commodities x Taxa de crescimento do PIB real



Fonte: UNCTAD, OCDE. Elaboração própria.

Comparando a variação percentual do índice de commodities em relação à variação do PIB, é possível observar maior semelhança no movimento das curvas que no exemplo passado. Pode-se destacar alguns pontos, como um movimento mais sutil do PIB em relação ao índice das commodities no boom (2004), e uma proporção de maior intensidade na crise de 2008 e no seu pós-crise (2009). Após, a queda das commodities gera uma redução dos preços que acompanha um decrescimento do PIB, com um crescimento do produto em 2015, em partes pela recuperação dos preços do carvão e ferro, como visto no capítulo 1, assim, acompanha as variações positivas nos preços das commodities, mesmo que em menor intensidade. A correlação entre o índice e o PIB ficou maior que em relação à receita, com o valor aproximado de +0,64, também apresentando uma correlação forte.

Gráfico 21 - Variação dos preços das commodities x Variação dos impostos sobre empresas



Fonte: UNCTAD, OCDE. Elaboração própria.

Como esperado, o gráfico em que as curvas mais se assemelham é o gráfico 21, da variação dos preços das commodities em relação à variação dos impostos arrecadados sobre empresas. Tal correlação mais forte pode ser explicada sobretudo pela razão de que a arrecadação desses impostos depende da atividade empresarial, ou seja, do produto que geram, além do preço das commodities influenciar tanto o faturamento quanto as decisões de produção e investimento dos empresários. Portanto, há a maior correlação entre os gráficos apresentados, no valor aproximado de +0,68, porém ainda apresentando uma correlação forte. Portanto, assim como a relação do preço das commodities com a receita tributária é relacionada às empresas, podemos inferir que a sua relação com o PIB ocorre da mesma forma.

3.3 ANÁLISE COM O SUPERMULTIPLICADOR SRAFFIANO E DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO

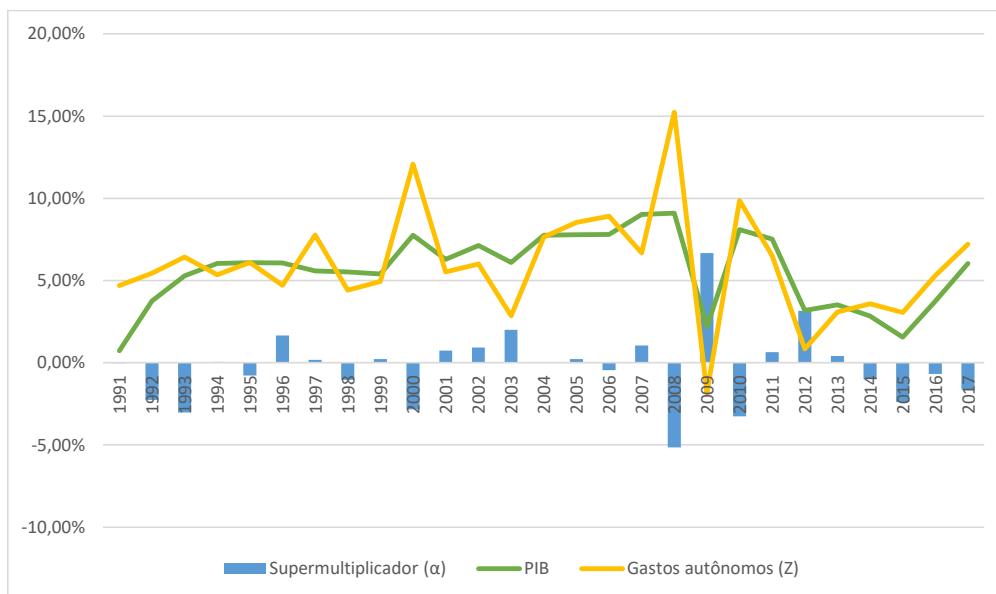
Nesta seção, será realizada a decomposição do crescimento australiano a partir do modelo do Supermultiplicador Sraffiano. A decomposição toma como base aspectos da metodologia utilizada por Freitas e Dweck (2013) e por Haluska (2023). Assim, utiliza-se a contribuição de Haluska, considerando no modelo o consumo a partir das transferências feitas pelo governo e os impostos, o que contribui para o nível dos gastos autônomos. Contudo, não são utilizados deflatores

específicos de cada componente dos gastos autônomos e de cada uma das variáveis da decomposição, como em seu artigo, e também não se utiliza o deflator do PIB, como no trabalho de Freitas e Dweck, assim, são utilizados os valores nominais sem deflacioná-los.

Os gráficos apresentados a seguir também são inspirados no artigo de Haluska, e, consequentemente, também houve inspiração na análise. Portanto, o objetivo é apresentar e ilustrar o comportamento das variáveis para o caso australiano, de forma simplificada.

Foram utilizados dados das Contas Nacionais, providos pelo ABS e dados de outras fontes complementares. O período analisado compreende os anos de 1990 a 2017, com ênfase nos períodos de eventos econômicos vistos nos capítulos anteriores: recessão de 1990, Crise Asiática Financeira, boom das commodities, Crise Global Financeira e durante a recuperação econômica, e por fim, queda das commodities e a recuperação dos preços como carvão e ferro, importantes na economia australiana.

Gráfico 22 - Taxa de crescimento do PIB e contribuições para o crescimento



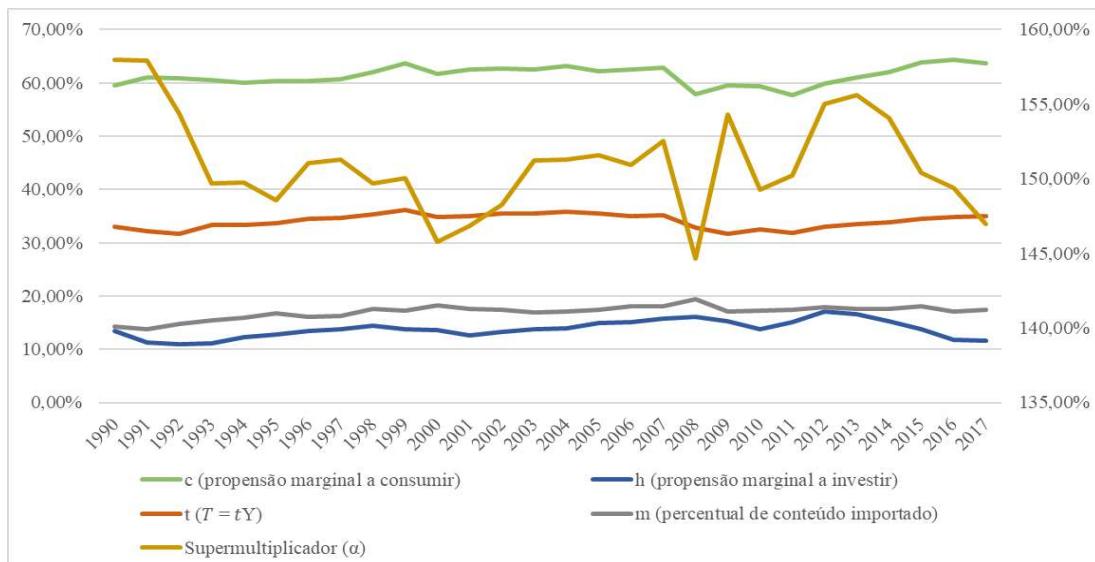
Fonte: ABS. Elaboração própria.

O gráfico 22 mostra a taxa de crescimento do PIB, a contribuição para o crescimento de mudanças no supermultiplicador e do crescimento dos gastos autônomos. Assim como em Haluska (2023), as curvas de gastos autônomos e do PIB apresentam maior semelhança no movimento,

sendo possível observar sobretudo durante seus picos e depressões, o que é esperado para o modelo do Supermultiplicador, uma vez que o crescimento do produto é liderado pela variável.

De 1991 a 2000, as mudanças no supermultiplicador têm contribuição negativa ou próximo de zero, com exceção do ano de 1996. No decorrer do século XXI, até a GFC apresenta contribuições positivas de 2001 a 2003 e depois somente em 2007, tendo nos outros anos apresentado contribuição mais próxima de zero. No ano da Crise Global Financeira (2008), o supermultiplicador tem uma contribuição negativa para o crescimento, o que muda em 2009, em que a contribuição ultrapassa os 6%. Nos anos seguintes, continua a oscilar entre variações negativas e ligeiramente positivas, exceto em 2012, quando contribui positivamente acima de 3%.

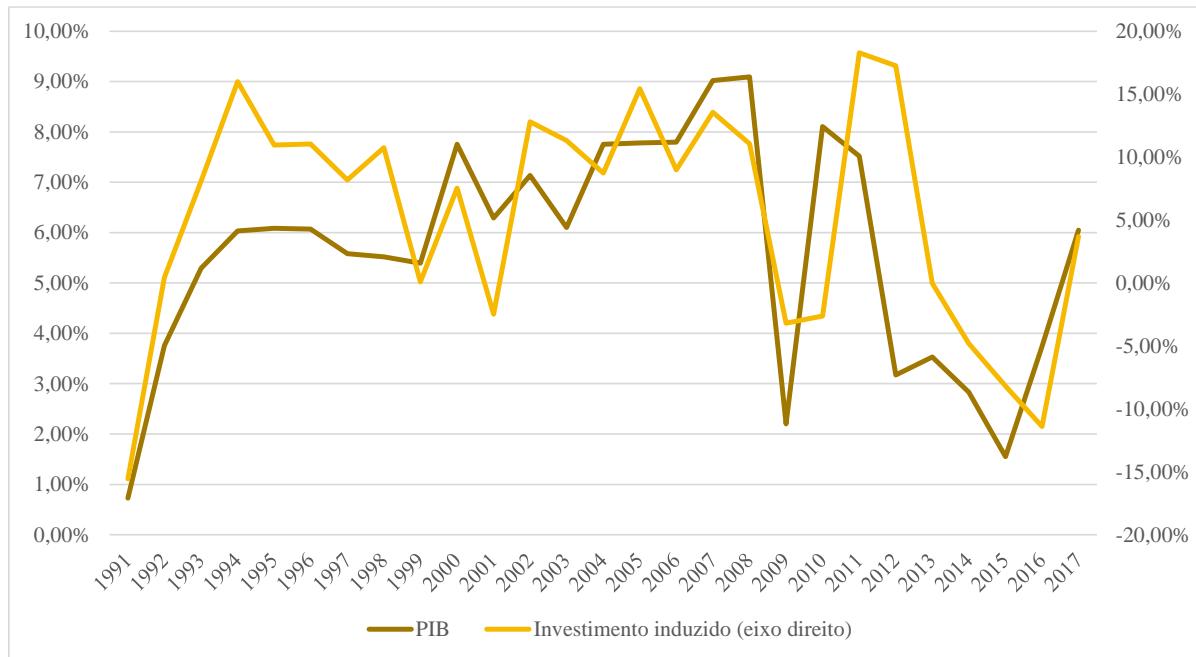
Gráfico 23 - Supermultiplicador e seus componentes, a preços correntes



Fonte: ABS. Elaboração própria.

O gráfico 23 ilustra o valor do supermultiplicador (eixo direito) e de seus componentes (c , h , m e t). Seguindo a fórmula de α , quanto maiores os componentes, maior será o multiplicador, assim, variações negativas levam a redução de α , como em 2000 e 2008 - causadas sobretudo pela redução da propensão marginal a consumir e da participação da parcela doméstica da demanda total da economia, em momentos de crise. Durante todo o período compreendido, α varia do valor mínimo de 144,66% ao valor máximo de 157,96%, sendo em média 151,03%.

Gráfico 24 - Taxa de crescimento do PIB e do investimento induzido

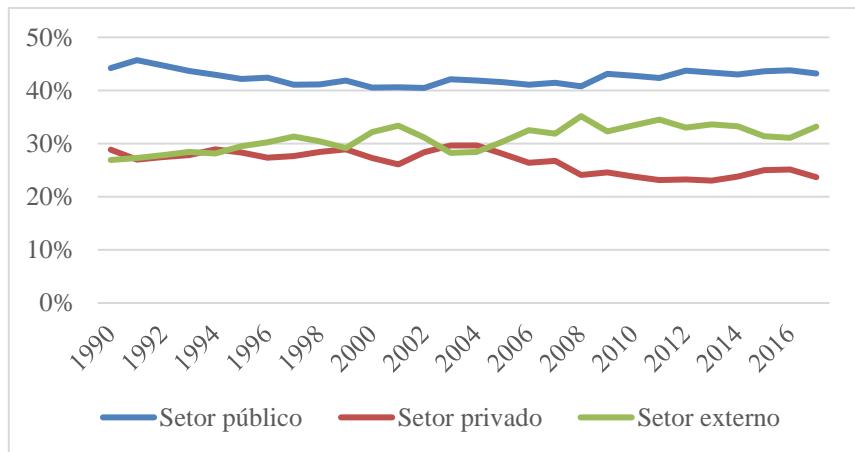


Fonte: ABS. Elaboração própria.

Como visto na fundamentação teórica, pela lógica do supermultiplicador o investimento induzido e a taxa de crescimento do produto possuem uma relação positiva, porém o investimento com uma intensidade maior. Esta relação depende da taxa de crescimento esperada, ajustada de acordo com as taxas de crescimento observadas. Assim, em uma economia inerte em t_0 e um aumento em sua taxa de crescimento no momento t_1 , haverá aumento da parcela de investimento induzido pelos capitalistas devido a necessidade do ajustamento da capacidade e grau de utilização, pois estão acima do seu nível normal. Dessa forma, o comportamento das curvas no gráfico 24 parece estar de acordo com o previsto pelo modelo do Supermultiplicador, com sua taxa de crescimento respondendo a mudanças na taxa de crescimento do produto.

Portanto, uma vez validados os resultados obtidos de acordo com a lógica do modelo raffiano, assim como feito no artigo de Haluska, é possível prosseguir com a análise dos dados obtidos da decomposição para explicar a trajetória econômica australiana no período determinado.

Gráfico 25 - Participação dos componentes dos gastos autônomos, a preços correntes

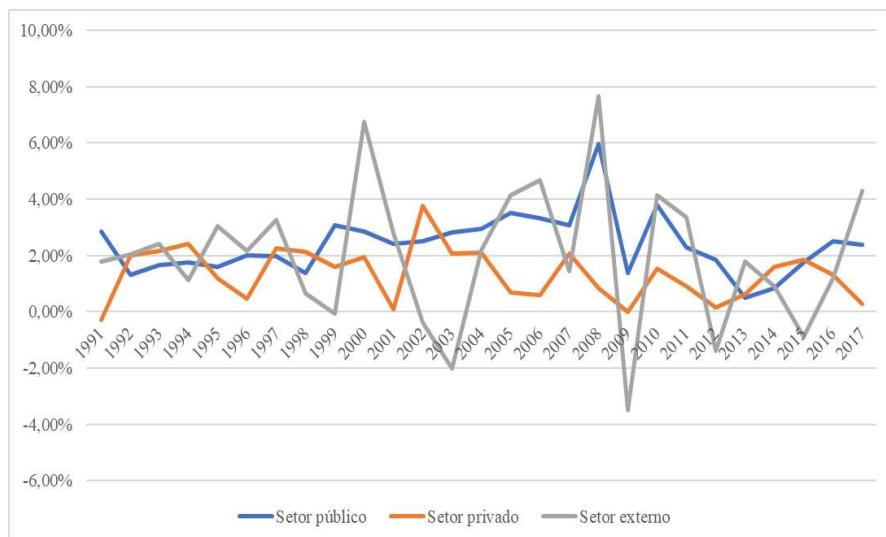


Fonte: ABS. Elaboração própria.

No gráfico 25, observa-se a participação dos componentes dos gastos autônomos. Em primeiro lugar e bem destacado, o setor público compõe, em média, aproximadamente 42% dos gastos autônomos. Em segundo lugar, o setor externo compõe, em média, 31% dos gastos autônomos e, em último lugar, o setor privado compõe, em média, 27% dos gastos autônomos.

Portanto, durante todo o período, os componentes dos setores se comportam sendo: o externo, com a maior taxa de crescimento acumulada, de 194,8%, em seguida o público, com 161,6%, tendo crescimento relativamente estável durante o período, e, por último, o privado, com a taxa de crescimento acumulada de 150,7%.

Gráfico 26 - Contribuição dos componentes dos gastos autônomos para o crescimento, em pontos percentuais



Fonte: ABS. Elaboração própria.

No gráfico 26, podemos observar as variações dos componentes ao longo dos anos, assim, sendo possível enquadrar as variações de acordo com o contexto histórico-econômico. Ainda no século XX, quando o país saía da recessão de 1990, o setor público já diminuía sua participação, que foi maior no período anterior por medidas fiscais com o fim de tirar o país da crise, enquanto o setor privado já se recuperava. Logo após, em 1997, o setor externo é impactado negativamente pela crise financeira em uma região em que a Austrália era forte parceira, porém apresenta recuperação nos anos seguintes com a redistribuição dos investimentos para outros países parceiros que começaram a requisitar mais recursos australianos, como visto no capítulo 1.

No início do século XXI, a contribuição pelo setor externo diminui devido às turbulências relacionadas ao turndown global, enquanto o setor privado sofre do desaquecimento do mercado imobiliário australiano. A partir dos estímulos dados pelo governo australiano para reaquecer o mercado imobiliário e a economia, como subsídios fiscais, incentivos à compra de imóveis e aumento do investimento habitacional, há um crescimento da contribuição do setor público e sobretudo do setor privado no período. Outro ponto de destaque muito importante, só que relacionado a contribuição pelo setor externo, acontece no boom das commodities, em 2004, com um salto de uma contribuição negativa até o auge de contribuir em 4,68% no ano de 2006.

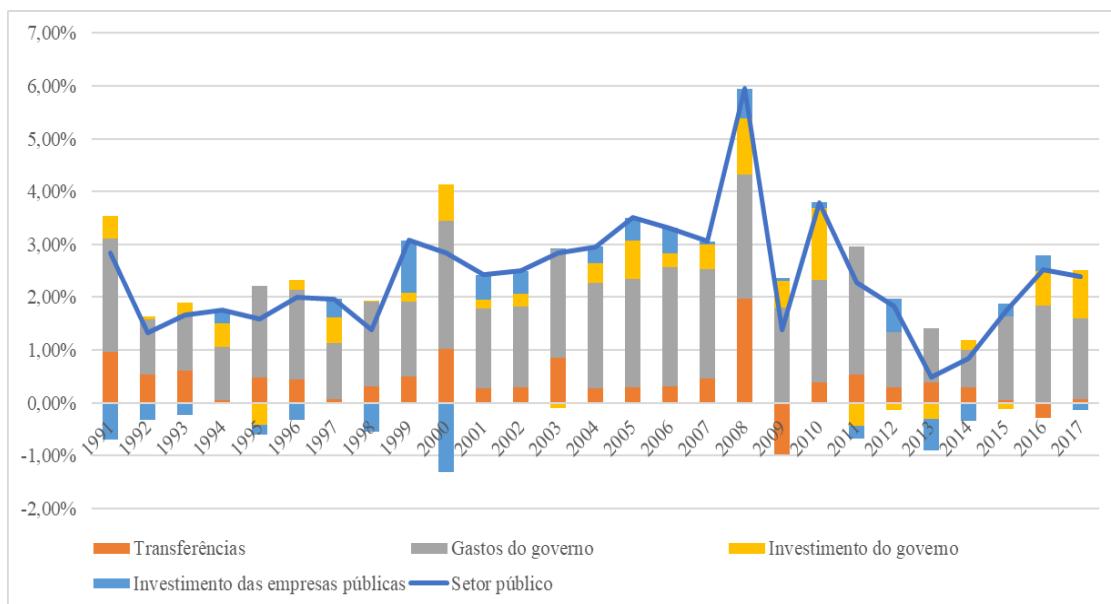
Durante a GFC, ainda no início em 2008, devido à demanda de ferro pela China, que procurava estimular a economia no cenário de crise, o setor externo teve grande contribuição no crescimento, como observável no pico da curva. Enquanto isso, o setor privado diminuía sua contribuição. Já o setor público devido aos pacotes de estímulos fiscais aumentava sua contribuição, também alcançando seu pico. No ano seguinte (2009), o setor público continuava a assistir positivamente o crescimento, mas não tanto quanto em relação ao ano anterior, e por isso que aparenta uma queda no gráfico, enquanto o setor privado contribuía aproximadamente zero e, o setor externo, negativamente.

Nos anos seguintes de recuperação econômica, após uma queda da contribuição do setor público, por uma necessidade de continuidade do suporte econômico, como visto nos capítulos anteriores, aumentou novamente. Em diante, outro ponto relevante é o fim do boom das commodities em 2014, com redução na contribuição pelo setor externo e posterior recuperação nos preços de ferro e carvão, que elevaram a porcentagem do setor externo novamente a partir de 2015.

Como demonstrado no gráfico 25, a participação dos setores no gasto autônomo segue a ordem do setor público, setor externo ao setor privado, dessa maneira, tal resultado também é

apresentado quanto a contribuição para o crescimento, no gráfico 26. Estatisticamente, o setor público contribui com a maior média entre os setores, seguido do setor externo e do setor público, seguindo o mesmo comportamento no acumulado. Por fim, pode-se observar um distanciamento maior entre as curvas de contribuição do setor privado e público no século XXI em relação à década de 1990, com o setor público se destacando.

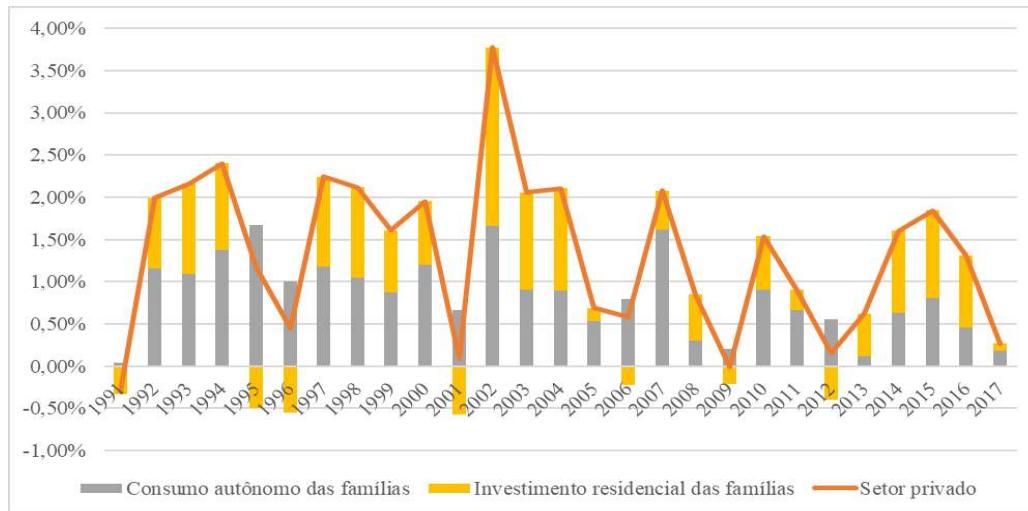
Gráfico 27 - Contribuição dos gastos autônomos públicos e de seus componentes para o crescimento



Fonte: ABS. Elaboração própria.

No gráfico 27, durante todo o período analisado, os gastos do governo compõem a maior parte da contribuição dos gastos autônomos públicos. É possível observar nos anos de crise o aumento da contribuição das transferências, como em 1991, 2000 e 2008. Porém, o decréscimo das transferências em 2009, quando permaneciam em crise, reflete uma mudança da estratégia da política fiscal e evidencia a utilização de transferências de renda somente para um apoio rápido à demanda agregada, graças à maior velocidade de transmissão do instrumento, como visto no capítulo 2. Portanto, em 2009 há o aumento do investimento do governo em projetos *shovel-ready*, e um novo aumento em 2010, visando a demanda agregada no longo prazo. Contudo, em 2011, mantém-se maior a contribuição dos gastos do governo.

Gráfico 28 - Contribuição dos gastos autônomos privados e de seus componentes para o crescimento



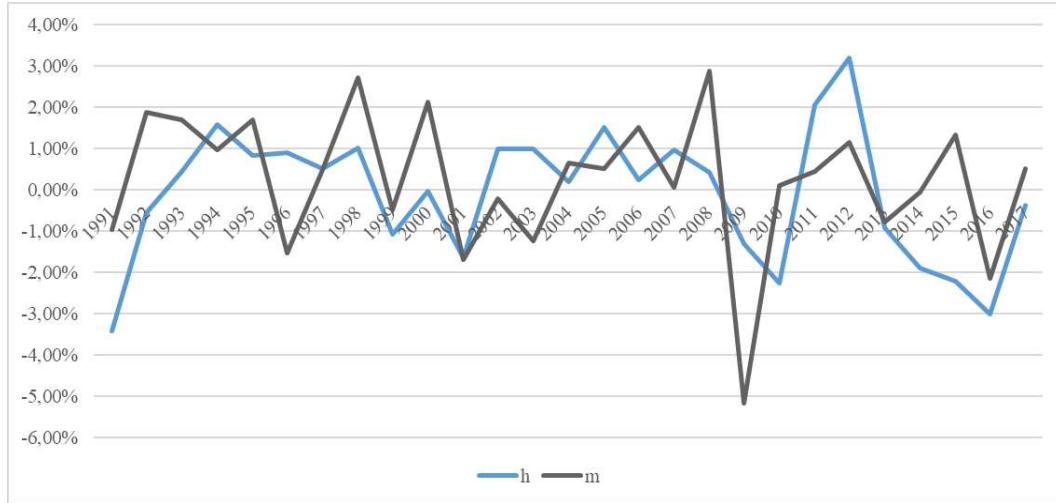
Fonte: ABS. Elaboração própria.

No gráfico 28, o consumo autônomo das famílias (bens duráveis) e o investimento residencial das famílias variam em sua participação durante o período compreendido, com algumas particularidades. Distintamente dos gastos autônomos públicos que aumentaram em momentos de crise, os gastos autônomos privados contraem, como em 1991, 2001, 2008 e 2009.

O aumento ou recuperação do consumo autônomo e investimento residencial das famílias aconteceu nos pós-crise, geralmente em cenários econômicos mais estáveis, também influenciados pela taxa de juros e disponibilidade de crédito. Há destaque especial para o ano de 2002, em que há aumento substancial do investimento residencial das famílias devido à tentativa de reaquecer o mercado imobiliário a partir de políticas fiscais. Tal aumento também ocorreu no consumo autônomo das famílias, podemos explicá-lo ao associar a compra de novos imóveis com a compra de bens duráveis como televisores e geladeira e realizando o cálculo do Coeficiente de Pearson entre as variáveis, que apresentam uma correlação muito forte²³ de 0,98.

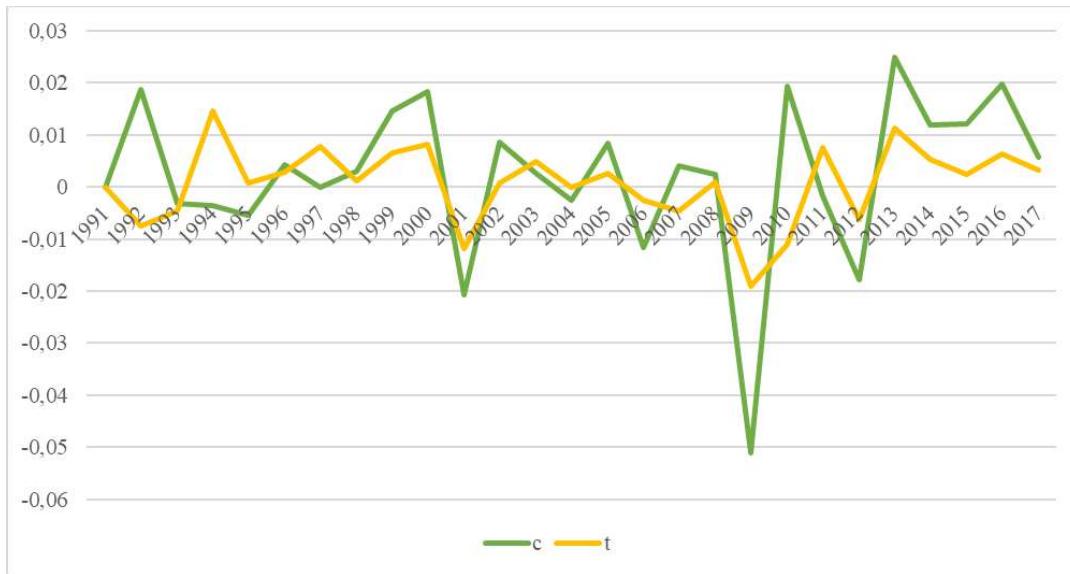
²³ Uma correlação muito forte é aquela que tem resultado $|0,9| < r < |1|$ no coeficiente de Pearson.

Gráfico 29 - Contribuição da propensão marginal a investir e da parcela do conteúdo importado para o crescimento



Fonte: ABS. Elaboração própria.

Gráfico 30 - Contribuição da propensão marginal a consumir e da relação entre os impostos e o PIB



Fonte: ABS. Elaboração própria.

Por fim, será realizada uma breve análise das mudanças dos parâmetros que compõem o supermultiplicador para o crescimento, para melhor visualização estes foram divididos entre o gráfico 29 e 30.

Foi observado que o percentual de conteúdo importado (m) contribui negativamente para o crescimento, uma vez que se o conteúdo importado é menor, consequentemente mais é produzido nacionalmente e maior o produto, assim, períodos com a redução do conteúdo importado tiveram contribuição para o crescimento. Como inferido em Haluska (2023), há uma relação entre os investimentos em máquinas e equipamentos e o investimento induzido, uma vez que os empresários importam máquinas para aumentar a capacidade produtiva. Portanto, chega a conclusão de que o crescimento das importações provavelmente é influenciado pela trajetória do investimento induzido e, assim, em momentos de crescimento, o conteúdo importado provavelmente contribui negativamente.

A curva de contribuição da propensão marginal a investir (h) é bem desenhada, contribui positivamente para o crescimento, com exceção em anos de crise: em 1991, ligeiramente no turdown 2001, na GFC de 2008 e no pós crise, até 2011, e posteriormente na queda das commodities a partir de 2014 até meados de 2017.

Em geral, a propensão marginal a consumir (c) contribui ao crescimento, oscila, mas não varia muito além de seu eixo, com exceção em anos de crise. Isto ocorre, devido em partes, à carência de uma redistribuição de renda, uma vez que classes mais baixas apresentam maior c . Portanto, as maiores contribuições negativas do parâmetro ocorreram em 2001 e 2009, períodos de maior instabilidade econômica. A relação entre PIB e os impostos contribui na média do período somente 0,08% para o crescimento, não se demonstrando muito relevante para análise.

Em suma, o parâmetro do supermultiplicador que mais contribuiu em média para o crescimento foi a propensão marginal a consumir com uma média de 0,2% ao ano. Já a relação entre PIB e os impostos obteve uma média de contribuição correspondente a -0,08%, em partes ocasionado pelo aumento da carga tributária no período. Enquanto, a propensão marginal a investir, que apesar de ter contribuído positivamente por muitos anos, sofreu um forte impacto negativo nos anos de crise e, assim, ficou com uma média de -0,11% ao ano, contudo, positiva no acumulado. Por último, a parcela do conteúdo importado alcançou o impacto negativo mais alto ao crescimento, com uma média de -0,23% ao ano.

CONCLUSÃO

Este estudo contribui para a discussão do modelo do Supermultiplicador Sraffiano ao trazer uma nova aplicação, baseada nos dados extraídos da Austrália e na metodologia utilizada por Freitas e Dweck (2013) e Haluska (2023). Também colabora acerca da compreensão da política fiscal australiana, pela investigação dos efeitos de eventos econômicos importantes na economia e de que forma o governo reagiu com a utilização ou não da política fiscal. Além de contribuir para o entendimento econômico a partir das análises da taxa de crescimento real da receita contra despesa do governo no contexto histórico-econômico e no estudo da correlação entre o índice de commodities e receita, PIB e carga tributária corporativa para o exemplo da Austrália.

Os resultados apresentados indicam um desempenho eficaz da política fiscal australiana para o combate de crises, com alguns pesares, como o atraso à reação na recessão de 1990. Ademais, em outros casos, como nos anos 2000, o país foi mais afetado pelos fatores internos do que externos, o que foi diferente na GFC e na queda das commodities. Dentre as crises, houve a maior reação fiscal na GFC, com o maior dispêndio de verba.

Na análise de correlação de variáveis em relação ao índice de commodities, que teve objetivo de estudar a relação das commodities às variáveis da economia, apresentou-se uma correlação forte entre o índice de commodities e a receita do governo, em relação ao PIB e também em relação à carga tributária corporativa, esta tendo a maior correlação.

As principais conclusões do estudo do supermultiplicador e da decomposição do crescimento sugerem, dos parâmetros do supermultiplicador, uma maior contribuição para o crescimento da propensão marginal a consumir, contudo, sem um aumento do c do início do período analisado em relação ao fim. A propensão marginal a investir também performou mais negativamente em momentos de crise do que positivamente em períodos de mais estabilidade econômica, o que teria diminuído sua contribuição média total.

Conclui-se também que, segundo o cálculo da decomposição do crescimento, o setor externo e o setor público contribuíram, em média e no acumulado do período, mais do que o setor privado. Nesse contexto, tais resultados, somados à análise de correlação na segunda seção do capítulo 3, evidenciam a relevância dos dois para o crescimento australiano.

Por fim, os gastos autônomos públicos e privados se mostraram importantes para o crescimento em momentos diferentes da economia. Os gastos autônomos públicos, como gasto do governo, transferências, investimentos do governo e investimentos de empresas públicas,

respectivamente, em ordem de relevância de contribuição, apresentam aumento principalmente em períodos de necessidade econômica. E os gastos autônomos privados, como investimento residencial e o consumo autônomo das famílias, variam de importância entre si, a depender, por exemplo, da disponibilidade de crédito e facilidade de adquirir um imóvel, como com a criação do *First Home Owners Grant* em julho de 2000 e outras medidas de estímulo ao mercado imobiliário que trouxeram um aumento acima da média no investimento residencial das famílias em 2002. Mas, em geral, ambos apresentam maior contribuição em períodos de prosperidade econômica.

REFERÊNCIAS

- AUSTRALIAN BUREAU OF STATISTICS. **The Global Financial Crisis and its impact on Australia.** Disponível em:
<https://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/Lookup/1301.0Chapter27092009%E2%80%9310>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Guarantee Scheme for Large Deposits and Wholesale Funding - Home Page.** Disponível em:
<https://www.guaranteescheme.gov.au/#:~:text=The%20Australian%20Government%20Guarante>e%20Scheme. Acesso em: 15 out. 2023.
- AUSTRALIAN GOVERNMENT: DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE. **Australia's trade since Federation.** [s.d.]. Disponível em: dfat.gov.au/sites/default/files/australias-trade-since-federation.pdf. Acesso em: 2 jan. 2024.
- AUSTRALIAN GOVERNMENT: DEPARTMENT OF THE PRIME MINISTER AND CABINET. **Joint Press Release with, the Treasurer, Wayne Swan, Economic Security Strategy.** Disponível em: <https://pmtranscripts.pmc.gov.au/release/transcript-16189>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- BRAGA, J. **Política econômica na periferia.** Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/aniversario-spe/apresentacoes/apresentacao-julia-braga.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.
- CARVALHO, F. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. **Análise Econômica**, v. 26, n. 50, 15 out. 2009. Acesso em: 1 dez. 2023.
- COMMONWEALTH OF AUSTRALIA. **National Plan for School Improvement.** [s.l: s.n.]. Disponível em: https://archive.budget.gov.au/2013-14/glossy/glossy_NPSI.pdf. Acesso em: 25 nov. 2023.
- DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE. **Trade time series data.** Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/trade/trade-and-investment-data-information-and-publications/trade-statistics/trade-time-series-data>. Acesso em: 10 out. 2023.
- DUNCAN, R.; YANG, Y. The impact of the Asian Crisis on Australia's primary exports: why it has not been so bad. 2000. Disponível em: <https://crawford.anu.edu.au/pdf/wp00/di00-1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.
- FENNA, A. The Return of Keynesianism in Australia: The Rudd Government and the Lessons of Recessions Past. **Australian Journal of Political Science**, v. 45, n. 3, p. 353–369, 17 ago. 2010. Disponível em:
https://espace.curtin.edu.au/bitstream/handle/20.500.11937/11017/134411_17424_Fenna_20The_20Rudd_20Government_20and_20the_20Return_20of_20Keynesianism.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 01 nov. 2023.

FENNA, A. The Economic Policy Agenda in Australia, 1962-2012. **Australian Journal of Public Administration**, v. 72, n. 2, p. 89–102, jun. 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8500.12020>. Acesso em: 02 jul. 2023.

FREITAS, F.; DWECK, E. The Pattern of Economic Growth of the Brazilian Economy 1970–2005: A Demand-Led Growth Perspective. Volume 2, p. 158–191, 1 jan. 2013. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137319166_8. Acesso em: 11 mai. 2023.

FRIJTERS, P.; GREGORY, R. From Golden Age to Golden Age: Australia's "Great Leap Forward"? **Economic Record**, v. 82, n. 257, p. 207–224, jun. 2006. Disponível em: <https://www.iza.org/publications/dp/2068/from-golden-age-to-golden-age-australias-great-leap-forward>. Acesso em: 09 dez. 2023.

GLOBALFIELDS. What exactly are “shovel-ready” projects? Disponível em: <https://www.globalfields.co.uk/insights/what-exactly-are-shovel-ready-projects>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GREGORY, B.; SHEEHAN, P. THE RESOURCES BOOM AND MACROECONOMIC POLICY IN AUSTRALIA. **Australian Economic Report**, out. 2011. Disponível em: <https://www.vu.edu.au/sites/default/files/mcd/pdfs/AER%20No%201%20Exec%20Summ.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GRUEN, D. **The return of fiscal policy**. Disponível em: <https://treasury.gov.au/speech/the-return-of-fiscal-policy>. Acesso em: 05 dez. 2023.

GRUEN, D.; SAYEGH, A. THE EVOLUTION OF FISCAL POLICY IN AUSTRALIA. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 21, n. 4, p. 618–635, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23606851>. Acesso em 12 nov. 2023.

HALUSKA, G. A economia brasileira no século XXI: uma análise a partir do modelo do Supermultiplicador Sraffiano. **Economia e Sociedade**, v. 32, p. 297–332, 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/zfMhq6q5HBR6Q4qLt8sxpYn/>. Acesso em 30 nov. 2023.

HAWKERBRITTON. **\$4.7 Billion Nation Building Package**. Disponível em: <https://www.hawkerbritton.com/archive/4-7-billion-nation-building-package>. Acesso em: 29 nov. 2023.

HILL, J. G. et al. Why did Australia fare so well in the global financial crisis? **The Regulatory Aftermath of the Global Financial Crisis**, p. 203–300, 5 dez. 2012. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/regulatory-aftermath-of-the-global-financial-crisis/why-did-australia-fare-so-well-in-the-global-financial-crisis/63B3577320D6EA8E3FE96A63CAC1D9B9>. Acesso em: 5 ago. 2023.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF Data**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Data>. Acesso em: 05 jan. 2024.

JACKSON, R. V. **Australian economic development in the nineteenth century.** Cranberra, Australia: ANU Press, 1977. Disponível em: <https://openresearch-repository.anu.edu.au/bitstream/1885/114788/2/b11758119.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

JOSE, J.; BURGESS, J. W. Working Nation: Context and Consequences. **Journal of economic and social policy**, v. 9, n. 2, p. 1, 1 jan. 2005. Disponível em: <https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/ielapa.200509962>. Acesso em: 01 ago. 2023.

KEARNS, J.; LOWE, P. **Australia's Prosperous 2000s: Housing and the Mining Boom.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.rba.gov.au/publications/confs/2011/pdf/kearns-lowe.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2023.

MAKIN, T. The Asian Currency Crisis and The Australian Economy. **Economic Analysis and Policy**, v. 29, n. 1, p. 77–85, mar. 1999. Disponível em: https://espace.library.uq.edu.au/data/UQ_145250/UQ145250_OA.pdf?Expires=1706044257&Key-Pair-Id=APKAJKNBJ4MJBNC6NLQ&Signature=cJ1Z-O0nx3oFlvFUOI NyRgCtfe0OGdoDvx-gjbJVjEmrwfF6DxVN-pJ-YnRyjTxiydDzLNVGaSF1AblRk8ZID4xwOYYZoJ23vdBiggtfoKqww92HRBMzr7MNi9KqOF7yvpA-eNFYtdNw1F7x9M2N3KR8srLjfsT2d8NvLivW7pPAkNh3Nyzl5VMKnHAiKS3gNNkXMqi6yqhjRgEoocFHMcau~tQPn6Zx8FU1LYp3AGeqSGGz04m2LEgqIoWenaNA-2nHg9d71-anW9bHdcG76Aw5UZQc5odxMA6b72tzR6r3eCv1jYjCeCub1xfD87PA8jTpLSR7IRjYVGRpwDQTnA__. Acesso em: 01 dez. 2023.

MOREIRA, V. G.; SERRANO, F. O DEBATE ENVOLVENDO O EFEITO ACELERADOR NA CONTROVÉRSIA SOBRE O MODELO DO SUPERMULTIPLICADOR SRAFFIANO. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 23, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/dzN3xWY8rQhtfMCbcHz4f4M/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MORLIN, G. S.; PASSOS, N.; PARIBONI, R. Growth Theory and the Growth Model Perspective: Insights from the Supermultiplier. **Review of Political Economy**, p. 1–26, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09538259.2022.2092998>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MUIR, K. **About the Money Australia's Economic History.** Sydney, Australia: Trocadero Publishing, 2013.

OEC WORLD. **Where does Australia export to?** Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/stacked/hs92/export/aus/show/all/1995.2017>. Disponível em:. Acesso em: 19 jan. 2024.

OECD. **OECD data.** Disponível em: <https://data.oecd.org>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PARLIAMENT OF AUSTRALIA LIBRARY. **Budget papers index page.** Disponível em: https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/rp. Acesso em: 09 nov. 2023.

PARREIRA, G. **Coeficiente de correlação de Pearson.** Disponível em: <https://gpestatistica.netlify.app/blog/correlacao>. Acesso em: 21 nov. 2023.

PAYNE, A.; HALL, A. **Australian government debt and fiscal position.** Disponível em: https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Parliamentary_Departments/Parliamentary_Library/pubs/BriefingBook44p/AustGovDebt. Acesso em: 11 dez. 2023.

PEREIRA, B.; BASTOS, C. **MMT e Tributação: Uma Abordagem de Economia Política.** Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2022/TD_IE_026_2022_PEREIRA_BASTOS.pdf. Acesso em: 23 dez. 2023.

REDDEN, G. **The Great Fiscal Shift: Inequality, Upwards Redistribution and the Politics of Surplus Since Howard.** Disponível em: <https://www.austaxpolicy.com/the-great-fiscal-shift-inequality-upwards-redistribution-and-the-politics-of-surplus-since-howard/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

REINHARDT, S.; STEEL, L. **A brief history of Australia's tax system.** Disponível em: <https://treasury.gov.au/publication/economic-roundup-winter-2006/a-brief-history-of-australias-tax-system#:~:text=In%201915%2C%20the%20federal%20income>. Acesso em: 19 nov. 2023.

RESERVE BANK OF AUSTRALIA. **Australia and the Global Economy: The Terms of Trade Boom.** Disponível em: <https://www.rba.gov.au/education/resources/explainers/australia-and-the-global-economy.html#:~:text=The%20terms%20of%20trade%20boom%20was%20driven%20by%20very%20large>. Acesso em: 25 jun. 2023.

RESERVE BANK OF AUSTRALIA. The Asian Crisis and the Reserve Bank. **Reserve Bank of Australia Annual Report**, 1998. Disponível em: <https://www.rba.gov.au/publications/annual-reports/rba/1998/asian-crisis.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RESERVE BANK OF AUSTRALIA. **The Global Financial Crisis.** Disponível em: <https://www.rba.gov.au/education/resources/explainers/the-global-financial-crisis.html>. Acesso em: 11 out. 2023.

RESERVE BANK OF AUSTRALIA. **Recession: Explainer.** Disponível em: <https://www.rba.gov.au/education/resources/explainers/recession.html>. Acesso em: 12 jun. 2023.

REVENUE GROUP. **Tax policy during a resources boom.** Disponível em: <https://treasury.gov.au/speech/tax-policy-during-a-resources-boom>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SERRANO, F.; FREITAS, F. **O Supermultiplicador Sraffiano e o papel da Demanda Efetiva nos Modelos de Crescimento.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://franklinserrano.files.wordpress.com/2008/03/demandaeftivacrescimento2007-lujan.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023

SHEEHAN, P.; GREGORY, R. G. The Resources Boom and Economic Policy in the Long Run. **Australian Economic Review**, v. 46, n. 2, p. 121–139, 30 maio 2013. Disponível em: <https://treasury.gov.au/sites/default/files/2019-03/gregory.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

SMITH, G. **Australian Tax Reforms: Past and Future**. Disponível em: https://econpapers.repec.org/bookchap/elgeechap/13704_5f12.htm. Acesso em: 19 out. 2023.

ST. LOUIS FED. **Economic Data Series by Tag | FRED**. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/tags/series?t=australia%3Bgovernment>. Acesso em: 20 jan. 2024.

TESOURO AUSTRALIANO. **2000-01 in review: housing leads a temporary slowdown in Australian economic growth | Treasury.gov.au**. Disponível em: <https://treasury.gov.au/publication/economic-roundup-spring-2001/article-1-2000-01-in-review-housing-leads-a-temporary-slowdown-in-australian-economic-growth>. Acesso em: 21 jul. 2023.

TESOURO AUSTRALIANO. **2001-02 in review: strong growth in the midst of an international slowdown**. Disponível em: <https://treasury.gov.au/publication/economic-roundup-spring-2002/2001-02-in-review-strong-growth-in-the-midst-of-an-international-slowdown>. Acesso em: 10 out. 2023.

TESOURO AUSTRALIANO. **Australia's tax system**. Disponível em: <https://treasury.gov.au/review/tax-white-paper/chart-data/2-australias-tax-system>. Acesso em: 27 out. 2023.

THE ECONOMIST. **The end of a mining boom leaves Australia's economy surprisingly intact**. Disponível em: https://www.economist.com/asia/2017/03/09/the-end-of-a-mining-boom-leaves-australias-economy-surprisingly-intact?utm_medium=cpc.adword.pd&utm_source=google&ppccampaignID=19495686130&ppcadID=&utm_campaign=a.22brand_pmax&utm_content=conversion.direct-response.anonymous&gclid=CjwKCAjw7c2pBhAZEiwA88pOF8iEkmbL6dx1QQK3pT9y-cqfoIrofVM9vEpdcptL4gOFgUzjOz9GOBoCpyMQAvD_BwE&gclsrc=aw.ds. Acesso em: 9 out. 2023.

THE ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. Revenue Statistics: Australia (Edition 2022). **OECD Tax Statistics**, 2022. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/taxation/data/oecd-tax-statistics/revenue-statistics-australia-edition-2022_9cb99d2c-en. Acesso em: 15 out. 2023.

TILLEY, P. **2000: A new tax system**. Disponível em: https://taxpolicy.crawford.anu.edu.au/sites/default/files/publication/taxstudies_crawford_anu_edu_au/2021-07/complete_wp_p_tilley_july_2021.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. **List of Prime Ministers of Australia**. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Prime_Ministers_of_Australia. Acesso em: 9 set. 2023.

APÊNDICE

Tabelas da decomposição

Tabela 5 - Valores correntes das variáveis utilizadas na decomposição, parte 1 de 2

Variável	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
PIB	413.659	416.664	432.310	455.201	482.668	512.049	543.132	573.449	605.089	637.732	687.197
Consumo autônomo das famílias (consumo de bens duráveis)	47.985	48.098	51.218	54.364	58.529	63.970	67.373	71.619	75.634	79.142	84.397
Consumo induzido das famílias (consumo de serviços e de bens não duráveis)	182.191	192.803	201.125	206.930	216.156	229.873	240.986	253.964	270.928	290.314	310.718
Consumo das famílias (total)	230.176	240.901	252.343	261.294	274.685	293.843	308.359	325.583	346.562	369.456	395.115
Consumo do governo	75.226	80.849	83.658	86.715	89.738	95.374	101.156	105.008	111.124	116.784	127.385
Exportações	64.151	68.845	74.377	81.354	84.757	94.658	101.961	113.684	116.198	115.877	145.394
Importações	68.037	67.334	74.921	83.147	91.031	101.751	102.783	111.828	127.597	132.403	153.348
Variação de estoques	405	-	2.806	-	1.196	1.934	3.495	5.158	5.698	-	4.548
Investimento residencial das famílias	20.790	19.918	22.168	25.270	28.413	26.787	24.907	28.713	32.804	35.782	39.065
Investimento do governo	12.972	14.101	14.275	14.893	16.282	14.931	15.523	17.268	17.374	18.065	21.104
Investimento das empresas públicas	13.809	11.966	11.101	10.424	11.181	10.549	9.467	10.698	8.594	12.598	6.904
Investimento induzido (FBKF privado-habitação)	55.577	46.935	47.143	50.959	59.108	65.586	72.820	78.777	87.245	87.322	93.897
Impostos	136.258	134.047	136.978	151.539	161.109	172.567	187.675	198.836	214.029	230.984	239.902
Transferências	29.011	33.152	35.551	38.510	38.790	41.334	43.821	44.221	46.166	49.363	56.633
Gastos autônomos (Z)	252.183	264.019	278.407	296.309	312.168	331.220	346.835	373.804	390.335	409.668	459.168
c (propensão marginal a consumir)	59,46%	61,06%	60,78%	60,48%	59,99%	60,36%	60,36%	60,64%	61,97%	63,65%	61,66%
h (propensão marginal a investir)	13,44%	11,26%	10,90%	11,19%	12,25%	12,81%	13,41%	13,74%	14,42%	13,69%	13,66%
t (T = tY)	32,94%	32,17%	31,69%	33,29%	33,38%	33,70%	34,55%	34,67%	35,37%	36,22%	34,91%
m (percentual de conteúdo importado)	14,25%	13,79%	14,69%	15,50%	15,95%	16,76%	16,05%	16,28%	17,53%	17,31%	18,29%
Supernultiplicador (α)	157,96%	157,92%	154,35%	149,68%	149,76%	148,59%	151,04%	151,30%	149,71%	150,06%	145,80%
Yd (renda disponível)	306.413	315.769	330.884	342.171	360.349	380.816	399.278	418.834	437.227	456.112	503.927
Z (soma de todos os gastos autônomos que não criam capacidade para o setor privado)	252.183	264.019	278.407	296.309	312.168	331.220	346.835	373.804	390.335	409.668	459.168
Investimento total (FBKF)	107.925	97.537	99.646	107.000	121.372	123.371	129.039	142.768	153.887	162.884	170.569
u (participação da parcela doméstica da demanda total da economia)	85,75%	86,21%	85,31%	84,50%	84,05%	83,24%	83,95%	83,72%	82,47%	82,69%	81,71%
$\tau = (1-t)$	67,06%	67,83%	68,31%	66,71%	66,62%	66,30%	65,45%	65,33%	64,63%	63,78%	65,09%

Fonte: ABS. Elaboração própria.

Tabela 6 - Valores correntes das variáveis utilizadas na decomposição, parte 2 de 3

Variável	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	730.429	782.561	830.316	894.720	964.355	1.039.552	1.133.328	1.236.386	1.263.580	1.366.000	1.468.681
Consumo autônomo das famílias (consumo de bens duráveis)	87.510	95.673	100.334	105.239	108.396	113.505	124.492	126.851	128.511	136.182	142.229
Consumo induzido das famílias (consumo de serviços e de bens não duráveis)	333.294	354.620	377.052	407.935	432.348	470.456	512.812	543.188	570.616	607.029	641.976
Consumo das famílias (total)	420.804	450.293	477.386	513.174	540.744	583.961	637.304	670.039	699.127	743.211	784.205
Consumo do governo	134.412	141.994	152.544	163.502	175.533	189.855	203.959	222.489	236.954	253.262	275.204
Exportações	158.505	156.564	146.066	158.081	182.590	212.467	222.177	282.218	254.281	289.388	319.953
Importações	154.834	165.059	167.704	184.096	202.378	229.370	249.108	295.375	263.117	282.712	307.220
Variação de estoques	976	-	1.226	2.570	4.114	2.504	-	3.179	4.632	1.264	-
Investimento residencial das famílias	36.367	46.807	52.795	59.460	60.366	58.958	62.159	66.438	64.733	70.050	72.227
Investimento do governo	21.901	23.058	22.580	24.561	28.838	30.561	33.808	42.079	46.108	57.729	53.788
Investimento das empresas públicas	9.112	11.243	11.407	13.174	15.798	18.888	19.278	23.709	24.185	25.075	22.923
Investimento induzido (FBKF privado-habitação)	91.567	103.288	114.977	125.023	144.305	157.261	178.582	198.343	192.016	186.990	221.189
Impostos	255.589	278.007	294.842	320.183	342.445	364.107	398.042	405.979	399.873	444.123	466.918
Transferências	58.745	61.023	68.127	70.568	73.415	76.682	81.630	108.248	95.066	100.633	109.129
Gastos autônomos (Z)	484.501	513.601	528.283	568.641	617.170	672.199	717.116	826.426	811.351	891.428	949.389
c (propensão marginal a consumir)	62,46%	62,70%	62,47%	63,24%	62,18%	62,55%	62,77%	57,87%	59,52%	59,37%	57,79%
h (propensão marginal a investir)	12,54%	13,20%	13,85%	13,97%	14,96%	15,13%	15,76%	16,04%	15,20%	13,69%	15,06%
t (T = tY)	34,99%	35,53%	35,51%	35,79%	35,51%	35,03%	35,12%	32,84%	31,65%	32,51%	31,79%
m (percentual de conteúdo importado)	17,51%	17,41%	16,85%	17,14%	17,37%	18,05%	18,07%	19,58%	17,14%	17,18%	17,38%
Supernultiplicador (α)	146,88%	148,24%	151,22%	151,27%	151,60%	150,93%	152,51%	144,66%	154,31%	149,28%	150,24%
Yd (renda disponível)	533.584	565.577	603.601	645.105	695.325	752.127	816.916	938.655	958.774	1.022.510	1.110.892
Z (soma de todos os gastos autônomos que não criam capacidade para o setor privado)	484.501	513.601	528.283	568.641	617.170	672.199	717.116	826.426	811.351	891.428	949.389
Investimento total (FBKF)	170.521	199.190	219.392	239.336	266.035	284.429	315.118	349.444	344.964	359.807	388.261
u (participação da parcela doméstica da demanda total da economia)	82,49%	82,59%	83,15%	82,86%	82,63%	81,95%	81,93%	80,62%	82,86%	82,82%	82,62%
$\tau = (1-t)$	65,01%	64,47%	64,49%	64,21%	64,49%	64,97%	64,88%	67,16%	68,35%	67,49%	68,21%

Fonte: ABS. Elaboração própria.

Tabela 7 - Valores correntes das variáveis utilizadas na decomposição, parte 3 de 3

Variável	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB	1.515.293	1.568.772	1.613.230	1.638.255	1.699.521	1.802.283
Consumo autônomo das famílias (consumo de bens duráveis)	147.461	148.627	155.025	163.693	168.701	170.783
Consumo induzido das famílias (consumo de serviços e de bens não duráveis)	676.400	708.285	739.356	764.887	790.199	824.239
Consumo das famílias (total)	823.861	856.912	894.381	928.580	958.900	995.022
Consumo do governo	285.133	295.045	302.215	319.114	339.277	357.010
Exportações	306.699	324.150	333.266	323.700	336.804	386.643
Importações	329.636	333.804	342.584	361.080	351.465	377.674
Variação de estoques	4.547	-	2.067	212	1.164	2.303
Investimento residencial das famílias	68.453	73.348	83.284	94.399	103.812	104.845
Investimento do governo	52.551	49.568	51.489	50.145	57.422	68.133
Investimento das empresas públicas	28.846	23.002	19.506	22.089	25.302	23.806
Investimento induzido (FBKF privado-habitação)	259.357	259.276	246.820	226.589	200.743	208.168
Impostos	500.312	526.702	545.867	565.178	592.189	631.614
Transferências	113.784	119.956	124.899	125.848	121.122	122.252
Gastos autônomos (Z)	957.327	986.857	1.022.239	1.053.428	1.109.229	1.189.156
c (propensão marginal a consumir)	59,92%	60,95%	62,01%	63,80%	64,32%	63,75%
h (propensão marginal a investir)	17,12%	16,53%	15,30%	13,83%	11,81%	11,55%
t ($T = tY$)	33,02%	33,57%	33,84%	34,50%	34,84%	35,05%
m (percentual de conteúdo importado)	17,88%	17,54%	17,51%	18,10%	17,13%	17,36%
Supermultiplicador (α)	154,99%	155,64%	154,09%	150,41%	149,38%	146,95%
Y_d (renda disponível)	1.128.764	1.162.026	1.192.262	1.198.926	1.228.454	1.292.921
Z (soma de todos os gastos autônomos que não criam capacidade para o setor privado)	957.327	986.857	1.022.239	1.053.428	1.109.229	1.189.156
Investimento total (FBKF)	427.872	427.300	426.646	423.232	417.072	436.545
u (participação da parcela doméstica da demanda total da economia)	82,12%	82,46%	82,49%	81,90%	82,87%	82,64%
$\tau = (1-t)$	66,98%	66,43%	66,16%	65,50%	65,16%	64,95%

Tabela 7. Fonte: ABS. Elaboração própria.

Tabela 8 - Taxas de crescimento em volume das variáveis utilizadas na decomposição, parte 1 de 2

Variável	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
PIB	0,73%	3,76%	5,30%	6,03%	6,09%	6,07%	5,58%	5,52%	5,39%	7,76%	6,29%	7,14%	6,10%	7,76%
Consumo autônomo das famílias (consumo de bens duráveis)	0,24%	6,49%	6,14%	7,66%	9,30%	5,32%	6,30%	5,61%	4,64%	6,64%	3,69%	9,33%	4,87%	4,89%
Consumo induzido das famílias (consumo de serviços e de bens não duráveis)	5,82%	4,32%	2,89%	4,46%	6,35%	4,83%	5,39%	6,68%	7,16%	7,03%	7,27%	6,40%	6,33%	8,19%
Consumo das famílias (total)	4,66%	4,75%	3,55%	5,12%	6,97%	4,94%	5,59%	6,44%	6,61%	6,95%	6,50%	7,01%	6,02%	7,50%
Consumo do governo (tabela bruno)	7,47%	3,47%	3,65%	3,49%	6,28%	6,06%	3,81%	5,82%	5,09%	9,08%	5,52%	5,64%	7,43%	7,18%
Exportações	7,32%	8,04%	9,38%	4,18%	11,68%	7,72%	11,50%	2,21%	-0,28%	25,47%	9,02%	-1,22%	-6,71%	8,23%
Importações	-1,03%	11,27%	10,98%	9,48%	11,78%	1,01%	8,80%	14,10%	3,77%	15,82%	0,97%	6,60%	1,60%	9,77%
Variação de estoques	-792,84%	-57,38%	-261,71%	80,71%	47,58%	10,47%	-121,73%	-467,37%	8,91%	-84,05%	23,54%	-225,61%	-309,62%	60,08%
Investimento residencial das famílias	-4,19%	11,30%	13,99%	12,44%	-5,72%	-7,02%	15,28%	14,25%	9,08%	9,18%	-6,91%	28,71%	12,79%	12,62%
Investimento do governo	8,70%	1,23%	4,33%	9,33%	-8,30%	3,96%	11,24%	0,61%	3,98%	16,82%	3,78%	5,28%	-2,07%	8,77%
Investimento das empresas públicas	-13,35%	-7,23%	-6,10%	7,26%	-5,65%	-10,26%	13,00%	-19,67%	46,59%	-45,20%	31,98%	23,39%	1,46%	15,49%
Investimento induzido (fbkf privado-habitação)	-15,55%	0,44%	8,09%	15,99%	10,96%	11,03%	8,18%	10,75%	0,09%	7,53%	-2,48%	12,80%	11,32%	8,74%
Impostos	-1,62%	2,19%	10,63%	6,32%	7,11%	8,76%	5,95%	7,64%	7,92%	3,86%	6,54%	8,77%	6,06%	8,59%
Transferências em dinheiro	14,27%	7,24%	8,32%	0,73%	6,56%	6,02%	0,91%	4,40%	6,92%	14,73%	3,73%	3,88%	11,64%	3,58%
Gastos autônomos (Z)	4,69%	5,45%	6,43%	5,35%	6,10%	4,71%	7,78%	4,42%	4,95%	12,08%	5,52%	6,01%	2,86%	7,64%
c (propensão marginal a consumir)	2,69%	-0,45%	-0,51%	-0,81%	0,63%	-0,01%	0,46%	2,19%	2,72%	-3,13%	1,30%	0,38%	-0,37%	1,23%
h (propensão marginal a investir)	-16,16%	-3,19%	2,66%	9,39%	4,59%	4,68%	2,46%	4,96%	-5,03%	-0,21%	-8,25%	5,29%	4,91%	0,91%
t ($T = tY$)	-2,33%	-1,51%	5,07%	0,27%	0,97%	2,53%	0,35%	2,01%	2,40%	-3,61%	0,23%	1,53%	-0,04%	0,78%
m (percentual de conteúdo importado)	-3,19%	6,49%	5,53%	2,92%	5,02%	-4,23%	1,43%	7,72%	-1,28%	5,67%	-4,26%	-0,57%	-3,23%	1,73%
Supermultiplicador (α)	-0,02%	-2,26%	-3,02%	0,05%	-0,78%	1,65%	0,17%	-1,05%	0,23%	-2,83%	0,73%	0,93%	2,01%	0,04%
Y_d (renda disponível)	3,05%	4,79%	3,41%	5,31%	5,68%	4,85%	4,90%	4,39%	4,32%	10,48%	5,89%	6,00%	6,72%	6,88%
Z (soma de todos os gastos autônomos que não criam capacidade para o setor privado)	4,69%	5,45%	6,43%	5,35%	6,10%	4,71%	7,78%	4,42%	4,95%	12,08%	5,52%	6,01%	2,86%	7,64%
Investimento total (FBKF)	-9,63%	2,16%	7,38%	13,43%	1,65%	4,59%	10,64%	7,79%	5,85%	4,72%	-0,03%	16,81%	10,14%	9,09%
u (participação da parcela doméstica da demanda total da economia)	0,53%	-1,04%	-0,95%	-0,54%	-0,95%	0,85%	-0,27%	-1,50%	0,27%	-1,19%	0,95%	0,12%	0,68%	-0,35%

Fonte: ABS. Elaboração própria.

Tabela 9 - Taxas de crescimento em volume das variáveis utilizadas na decomposição, parte 2 de 2

Variável	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB	7,78%	7,80%	9,02%	9,09%	2,20%	8,11%	7,52%	3,17%	3,53%	2,83%	1,55%	3,74%	6,05%
Consumo autônomo das famílias (consumo de bens duráveis)	3,00%	4,71%	9,68%	1,89%	1,31%	5,97%	4,44%	3,68%	0,79%	4,30%	5,59%	3,06%	1,23%
Consumo induzido das famílias (consumo de serviços e de bens não duráveis)	5,98%	8,81%	9,00%	5,92%	5,05%	6,38%	5,76%	5,36%	4,71%	4,39%	3,45%	3,31%	4,31%
Consumo das famílias (total)	5,37%	7,99%	9,13%	5,14%	4,34%	6,31%	5,52%	5,06%	4,01%	4,37%	3,82%	3,27%	3,77%
Consumo do governo (tabela bruno)	7,36%	8,16%	7,43%	9,09%	6,50%	6,88%	8,66%	3,61%	3,48%	2,43%	5,59%	6,32%	5,23%
Exportações	15,50%	16,36%	4,57%	27,02%	-9,90%	13,81%	10,56%	-4,14%	5,69%	2,81%	-2,87%	4,05%	14,80%
Importações	9,93%	13,34%	8,61%	18,57%	-10,92%	7,45%	8,67%	7,30%	1,26%	2,63%	5,40%	-2,66%	7,46%
Variação de estoques	-39,13%	-226,96%	-245,71%	-72,71%	-436,16%	-93,03%	-2358,78%	-31,99%	-145,46%	-110,26%	449,06%	97,85%	-28,75%
Investimento residencial das famílias	1,52%	-2,33%	5,43%	6,88%	-2,57%	8,21%	3,11%	-5,23%	7,15%	13,55%	13,35%	9,97%	1,00%
Investimento do governo	17,41%	5,97%	10,62%	24,46%	9,57%	25,20%	-6,83%	-2,30%	-5,68%	3,88%	-2,61%	14,51%	18,65%
Investimento das empresas públicas	19,92%	19,56%	2,06%	22,98%	2,01%	3,68%	-8,58%	25,84%	-20,26%	-15,20%	13,24%	14,55%	-5,91%
Investimento induzido (fbkf privado-habitação)	15,42%	8,98%	13,56%	11,07%	-3,19%	-2,62%	18,29%	17,26%	-0,03%	-4,80%	-8,20%	-11,41%	3,70%
Impostos	6,95%	6,33%	9,32%	1,99%	-1,50%	11,07%	5,13%	7,15%	5,27%	3,64%	3,54%	4,78%	6,66%
Transferências em dinheiro	4,03%	4,45%	6,45%	32,61%	-12,18%	5,86%	8,44%	4,27%	5,43%	4,12%	0,76%	-3,76%	0,93%
Gastos autônomos (Z)	8,53%	8,92%	6,68%	15,24%	-1,82%	9,87%	6,50%	0,84%	3,08%	3,59%	3,05%	5,30%	7,21%
c (propensão marginal a consumir)	-1,67%	0,60%	0,36%	-7,81%	2,85%	-0,25%	-2,66%	3,69%	1,72%	1,74%	2,88%	0,83%	-0,89%
h (propensão marginal a investir)	7,09%	1,10%	4,16%	1,81%	-5,27%	-9,92%	10,02%	13,65%	-3,44%	-7,43%	-9,60%	-14,60%	-2,21%
t (T = tY)	-0,77%	-1,37%	0,27%	-6,51%	-3,62%	2,74%	-2,22%	3,86%	1,69%	0,78%	1,96%	1,00%	0,58%
m (percentual de conteúdo importado)	1,36%	3,90%	0,11%	7,24%	-11,57%	0,24%	1,17%	2,88%	-1,92%	-0,16%	3,38%	-5,39%	1,37%
Supermultiplicador (a)	0,22%	-0,44%	1,05%	-5,15%	6,67%	-3,26%	0,65%	3,16%	0,42%	-1,00%	-2,39%	-0,69%	-1,63%
Yd (renda disponível)	7,78%	8,17%	8,61%	14,90%	2,14%	6,65%	8,64%	1,61%	2,95%	2,60%	0,56%	2,46%	5,25%
Z (soma de todos os gastos autônomos que não criam capacidade para o setor privado)	8,53%	8,92%	6,68%	15,24%	-1,82%	9,87%	6,50%	0,84%	3,08%	3,59%	3,05%	5,30%	7,21%
Investimento total (FBKF)	11,16%	6,91%	10,79%	10,89%	-1,28%	4,30%	7,91%	10,20%	-0,13%	-0,15%	-0,80%	-1,46%	4,67%
u (participação da parcela doméstica da demanda total da economia)	-0,28%	-0,82%	-0,02%	-1,60%	2,78%	-0,05%	-0,24%	-0,61%	0,42%	0,03%	-0,72%	1,19%	-0,28%

Fonte: ABS. Elaboração própria.

Tabela 10 - Contribuição para o crescimento, em pontos percentuais, das variáveis utilizadas na decomposição, parte 1 de 2

Variável	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
c	1,87%	-0,32%	-0,35%	-0,55%	0,42%	-0,01%	0,31%	1,45%	1,83%	-2,08%	0,87%	0,26%	-0,26%	0,84%	-1,15%	0,40%
h	-3,43%	-0,55%	0,43%	1,57%	0,84%	0,90%	0,50%	1,02%	-1,09%	-0,04%	-1,66%	0,98%	0,98%	0,19%	1,50%	0,25%
t	-0,74%	-0,46%	1,45%	0,08%	0,29%	0,78%	0,11%	0,65%	0,81%	-1,18%	0,07%	0,50%	-0,01%	0,26%	-0,26%	-0,46%
m	-0,97%	1,88%	1,69%	0,96%	1,70%	-1,53%	0,49%	2,72%	-0,50%	2,12%	-1,70%	-0,22%	-1,24%	0,64%	0,52%	1,51%
Supermultiplicador	-3,27%	0,55%	3,22%	2,06%	3,25%	0,14%	1,42%	5,84%	1,05%	-1,18%	-2,41%	1,52%	-0,53%	1,94%	0,60%	1,70%
Transferências	0,97%	0,54%	0,62%	0,06%	0,47%	0,44%	0,07%	0,31%	0,50%	1,02%	0,28%	0,29%	0,86%	0,28%	0,30%	0,32%
Consumo do governo	2,15%	1,04%	1,06%	0,99%	1,74%	1,71%	1,07%	1,60%	1,40%	2,42%	1,50%	1,54%	2,04%	2,00%	2,04%	2,24%
Investimento do governo	0,43%	0,06%	0,21%	0,46%	-0,42%	0,17%	0,49%	0,03%	0,17%	0,69%	0,17%	0,23%	-0,09%	0,36%	0,72%	0,27%
Investimento das empresas públicas	-0,70%	-0,32%	-0,23%	0,25%	-0,19%	-0,32%	0,34%	-0,55%	0,99%	-1,30%	0,47%	0,43%	0,03%	0,32%	0,44%	0,48%
Exportações	1,79%	2,05%	2,42%	1,12%	3,05%	2,15%	3,27%	0,66%	-0,08%	6,75%	2,80%	-0,39%	-2,03%	2,19%	4,15%	4,68%
Consumo autônomo das famílias	0,04%	1,16%	1,09%	1,37%	1,67%	1,00%	1,18%	1,05%	0,87%	1,20%	0,67%	1,66%	0,90%	0,89%	0,53%	0,80%
Investimento residencial das famílias	-0,33%	0,83%	1,07%	1,03%	-0,50%	-0,55%	1,06%	1,07%	0,74%	0,75%	-0,58%	2,12%	1,16%	1,21%	0,15%	-0,22%
Gastos autônomos	4,34%	5,36%	6,24%	5,28%	5,82%	4,61%	7,48%	4,16%	4,60%	11,54%	5,32%	5,88%	2,86%	7,26%	8,35%	8,57%
Variações de estoques	-1,23%	0,60%	1,08%	0,51%	0,51%	0,16%	-1,93%	1,51%	0,10%	-0,95%	0,04%	-0,45%	0,73%	0,28%	-0,27%	-0,89%

Fonte: ABS. Elaboração própria.

Tabela 11 - Contribuição para o crescimento, em pontos percentuais, das variáveis utilizadas na decomposição, parte 2 de 2

Variável	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
c	0,25%	-5,11%	1,93%	-0,17%	-1,77%	2,50%	1,19%	1,21%	1,98%	0,58%	-0,61%
h	0,96%	0,41%	-1,31%	-2,25%	2,06%	3,19%	-0,92%	-1,89%	-2,21%	-3,02%	-0,38%
t	0,09%	-1,91%	-1,09%	0,77%	-0,63%	1,14%	0,53%	0,25%	0,64%	0,33%	0,19%
m	0,04%	2,87%	-5,18%	0,09%	0,44%	1,14%	-0,79%	-0,06%	1,32%	-2,15%	0,50%
Supermultiplicador	1,34%	-3,75%	-5,65%	-1,56%	0,10%	7,97%	0,02%	-0,49%	1,73%	-4,25%	-0,30%
Transferências	0,46%	1,97%	-0,98%	0,39%	0,54%	0,29%	0,39%	0,30%	0,06%	-0,28%	0,06%
Consumo do governo	2,07%	2,37%	1,81%	1,93%	2,41%	1,05%	1,02%	0,70%	1,58%	1,84%	1,53%
Investimento do governo	0,48%	1,06%	0,50%	1,37%	-0,43%	-0,13%	-0,31%	0,19%	-0,13%	0,66%	0,93%
Investimento das empresas públicas	0,06%	0,57%	0,06%	0,11%	-0,24%	0,63%	-0,60%	-0,34%	0,24%	0,29%	-0,13%
Exportações	1,42%	7,66%	-3,49%	4,15%	3,36%	-1,40%	1,79%	0,90%	-0,89%	1,19%	4,31%
Consumo autônomo das famílias	1,61%	0,30%	0,21%	0,91%	0,67%	0,55%	0,12%	0,63%	0,81%	0,46%	0,18%
Investimento residencial das famílias	0,47%	0,55%	-0,21%	0,63%	0,24%	-0,40%	0,50%	0,98%	1,04%	0,86%	0,09%
Gastos autônomos	6,56%	14,46%	-2,10%	9,48%	6,55%	0,59%	2,91%	3,35%	2,70%	5,03%	6,97%
Variações de estoques	1,15%	-0,43%	-0,69%	0,47%	0,77%	-0,23%	-0,68%	0,22%	0,09%	0,10%	-0,06%

Fonte: ABS. Elaboração própria.